

A high-angle, top-down photograph of a massive crowd of people at a carnival parade. The crowd is dense and diverse, with many people wearing colorful costumes and hats. In the center, a man is playing a saxophone. To the right, a banner is visible with the text "CÉU NA TERRA". At the top, a sign for "Unimed" is partially visible. The overall atmosphere is festive and energetic.

CARNAVAL É VAL direito

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ANALISAR A RELAÇÃO
E AS RESPONSABILIDADES ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E O CARNAVAL

CARNAVAL É VAL direito

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE
DE ANALISAR A RELAÇÃO E AS RESPONSABILIDADES
ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E O CARNAVAL

RIO DE JANEIRO, 2017

FICHA TÉCNICA

Comissão Especial com a finalidade de analisar a relação e as responsabilidades entre o poder público municipal e o carnaval

Vereador Tarcísio Motta (presidente)
Vereador Fernando William (relator)
Vereador Marcelo Siciliano (membro)

Textos

Bianca Rodrigues Toledo
Danilo de Oliveira Firmino
Manuela Trindade Oiticica
Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraiso Ramos

Revisão

Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraiso Ramos

Introdução

Luiz Antônio Simas

Entrevistas

Fernanda Amim Sampaio Machado
Anderson Baltar

Diagramação e Arte

Evlen Lauer

Fotos de Capa

Fernando Frazão | Agência Brasil
Micael Hocherman

Agradecimentos

Anna Cecilia Faro Bonan
Jorge Sapia
Luise Campos
Luiz Carlos Máximo
Luis Otávio Almeida
Marcelo Moutinho
Movimento Unido dos Camelôs (Muca)
Sonia Fassini
Rita Fernandes

A todos os que participaram das audiências e reuniões da Comissão

Impressão

Gráfica da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

DEZEMBRO DE 2017

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
CARNAVAL DE RUA	9
Entrevista Fernanda Amim Sampaio Machado	11
Monopólio da Rua	21
Recomendações	24
Espontaneidade e Tradição	25
Recomendações	27
Choque de Ordem	29
Recomendações	31
CARNAVAL DA AVENIDA	33
Entrevista Anderson Baltar	35
Caixa Preta da Avenida	47
Recomendações	50
Segurança na Avenida	53
Recomendações	55
Escolas de Samba e Memória Comunitária	57
Recomendações	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59

APRESENTAÇÃO

“Preparem seus tamborins”

“A voz do morro”, Geraldo Pereira.

Este relatório é pontapé inicial, mais ou menos como sinopse de enredo ou como ensaios da confraria que logo mais será bloco. Trata-se do relatório da comissão especial instituída na Câmara dos Vereadores em 23 de março de 2017, para analisar a relação e as responsabilidades do poder público municipal com o carnaval.

A comissão é composta pelos vereadores Tarcísio Motta (PSOL), presidente, Fernando William (PDT), relator, Marcelo Siciliano (PHS), membro.

Sem a pretensão de dar conta de todos os aspectos que envolvem a maior manifestação cultural da cidade, abordamos tópicos sobre o carnaval de rua e o das avenidas, dividindo o relatório em duas partes. Em cada uma delas, há uma entrevista com opiniões pessoais de especialistas e pequenos capítulos que se encerram com recomendações feitas à prefeitura. De forma introdutória, apresentamos um artigo escrito pelo pesquisador e amante do carnaval Luiz Antonio Simas.

“Coisa nossa, muito nossa”

“Coisa Nossa”, Noel Rosa.

O carnaval, por sua história, dimensão e enraizamento, é a maior manifestação cultural da cidade do Rio de Janeiro. Seus passos se misturam aos da cidade, as disputas que o envolvem são também as disputas em torno da cidade. Sua passarela são as ruas. Seus protagonistas, os de fora das elites. A arena do carnaval sempre foi a arena pública. O poder público, portanto, não tem como - nem deve - estar alheio à festa. Ao contrário, precisa garantir políticas que incentivem o caráter popular, democrático e comunitário da manifestação, ao mesmo tem-

po em que deve preservar a autonomia e o protagonismo dos variados tipos de agremiações carnavalescas.

“É carnaval, o Rio abre as portas pra folia”

Portela, 1995.

Turismo, evento, emprego, espetáculo. O Carnaval do Rio se tornou (também) tudo isso e se inseriu nas mais variadas dinâmicas da cidade. No entanto, como manifestação cultural que é - e das mais importantes e históricas -, ao se inserir no bojo das políticas públicas, precisa ser encarado predominantemente no diapasão da cultura e ser compreendido como um direito. Direito à cultura e, sendo o Carnaval elemento constitutivo da cidade, direito à cidade.

“E de lá pra cá, só céu e mar. E esperança”

Imperatriz Leopoldinense, 1996.

A partir dessas constatações e de recentes ou recorrentes acontecimentos - graves acidentes na Sapucaí e nos barracões, repressão a ambulantes e blocos de rua, cortes de verbas, elitização do Sambódromo, abandono do carnaval da Intendente Magalhães, ameaça de não-realização de ensaios técnicos etc. - a Comissão foi instalada e promoveu uma série de atividades.

05/06 | Carnaval, mestre-sala da cidade (reunião aberta)

14/06 | Carnaval das ruas (reunião aberta)

19/06 | Carnaval das avenidas (reunião aberta)

29/06 | Financiamento do carnaval (audiência pública)

21/09 | Visita ao Sambódromo (inspeção em conjunto com a Comissão de Cultura)

26/10 | Carnaval, trabalho e cidade - Do barracão ao ensaio técnico (debate público)

Solicitamos, também, ofícios de requerimento para órgãos públicos e privados, no sentido de tomarmos conhecimento de mecanismos de transparência, democratização, financiamento e segurança.

INTRODUÇÃO

A cidade disputada na folia

LUIZ ANTONIO SIMAS

Ao longo da História do Rio de Janeiro, a sobrevivência potente da rua como espaço de sociabilidades deparou-se com pelo menos três instâncias que tentaram domar e esvaziar as culturas das ruas cariocas. Elas hoje estão mais vivas que nunca:

1. A repressiva, representada pelo poder público e seu aparelho de segurança pública.
2. A moral, representada pelo imaginário da festa como espaço alienante e da depravação dos costumes;
3. A financeira, representada por instâncias (grandes empresas, mídia, indústria do turismo, contravenção, etc.) que encaram a festa como um espaço legitimado pela circulação de capitais, difusão de padrões de consumo, propaganda de marcas e similares.

Objetivamente há nos dias atuais uma disputa sobre o "negócio do carnaval" - envolvendo cifras, subvenções, rentabilidades, acordos com a indústria do turismo e que tais - no imbróglie entre a prefeitura do Rio de Janeiro, as escolas de samba e o carnaval de rua. Isso é claro, deve ser dimensionado, mas me parece insuficiente. Há uma disputa no campo das subjetividades sobre a cidade que não pode passar despercebida.

Boa parte da vitalidade da cultura do Rio de Janeiro veio da rua. Entre pernadas, batuques, improvisos, corpos dançando na síncope, gols marcados na várzea,

gudes carambolando e pipas cortando os céus, a tessitura da cidade foi se desenhando nas artes de inventar na precariedade.

Foi assim que certo carioca - sobretudo aquele que é filho da diáspora - zuelou tambor, jogou capoeira, fez a sua fé no bicho, botou a escola na avenida, a cadeira na calçada, o despacho na esquina, a oferenda na mata, a bola na rede e o mel na cachoeira.

É o complexo de saberes e sociabilidades da rua que me parece estar também em jogo no debate sobre o carnaval; a mais politizada das festas brasileiras.

A festa é espaço de subversão de cidadanias negadas. Inventou-se na rua a aldeia roubada nos gabinetes. Disciplinar a rua, ordenar o bloco, domesticar os corpos e enquadrar a festa, por sua vez, foi a estratégia dos senhores do poder na maior parte do tempo. Do embate entre a tensão criadora e as intenções castradoras, a cidade é um território em disputa que pulsa na flagrante oposição entre um conceito civilizatório elaborado exclusivamente a partir do cânone ocidental, temperado hoje pela lógica empresarial e evangelizadora, e um caldo vigoroso de cultura das ruas forjado na experiência inventiva de superação da escassez e do desencanto.

É este embate no terreno escorregadio das subjetividades, da elaboração de símbolos e das construções do imaginário, que está anunciado em um campo cognitivo feito de entrelinhas, rumores, silêncios, estratégias de controle dos corpos e discursos indiretos. A nossa dificuldade de perceber isso - e o que pode representar para a cidade em médio prazo - é assustadora.

O ataque ao Carnaval faz parte deste processo e é seu marco simbólico. Tirar de uma escola de samba seu potencial disparador de pluralidades culturais é estratégico para o processo de domesticação dos corpos e mentes cariocas. A ideia - é o que especulo - não é acabar com as escolas de samba. É terminar a obra do enquadramento das agremiações (e apenas as do grupo especial; as outras tendem ao desaparecimento) à condição de empresas turísticas de entretenimento ligeiro, destituídas de suas referências fundamentais como instituições de ponta da cultura popular.

É o mesmo recorte disciplinador, higienizador e aniquilador que pretende, simplesmente, liquidar as pulsões festeiras e potencialmente subversivas da rua; seja pela repressão, seja pelo enquadramento como negócio.

O velho embate colonial pelo controle dos corpos - fundamentado na ideia do corpo em pecado que só pode encontrar a redenção na evangelização, e no corpo festeiro que deve ser disciplinado enquanto ferramenta produtiva do trabalho, inclusive pela própria indústria da festa e aproveitado por ela - continua firme e mais evidente. O carnaval, em síntese, é hoje o campo em que ele está sendo travado.

CAR

NIAR

VIAL

DE

RUA

Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com o teu carnaval?

GONZAGUINHA

ENTREVISTA

**FERNANDA
AMIM
SAMPAIO
MACHADO**

Mestra em Direito pelo PPGD- UFRJ e pesquisadora
do Observatório das Metr6poles

"A PRIMEIRA GRANDE MEDIDA A SER TOMADA É TRATAR O CARNAVAL COMO UMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL E NÃO COMO UM PRODUTO TURÍSTICO"

Você pode comentar um pouco sobre o decreto municipal que exige autorizações dos blocos? Quais foram as razões motivadoras (oficiais e na sua opinião) e consequências desse decreto?

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que até o ano 2009, não existia a participação do Governo Municipal no Carnaval. O ex-prefeito César Maia nunca se interessou pelo Carnaval ou qualquer outra manifestação cultural que se desenvolvia nos espaços públicos da cidade. A sua gestão sempre esteve amplamente focada na construção de determinados empreendimentos e grandes obras, como o museu Guggenheim (cujo projeto nunca saiu do papel), por exemplo. Isso muda com a chegada do Eduardo Paes ao poder, que percebeu a dimensão e o potencial cultural existente na cidade, e passou a se interessar por diversas manifestações culturais, sobretudo pelo Carnaval de rua, levando a Prefeitura começar a atuar em relação a essa festividade, por meio da criação desse megaprojeto chamado "Carnaval Oficial". Para organizar a festa dentro desse formato proposto, foi elaborada uma regulamentação específica de controle urbano, formada por um conjunto de decretos municipais e portarias, dentre as quais a principal norma é o Decreto do Prefeito do Rio de Janeiro n. 32.664/2010, que especificou as regras e os procedimentos para a realização de desfiles de blocos de Carnaval de Rua. Com isso, passou-se a exigir uma "prévia autorização" para que os blocos de Carnaval e as bandas pudessem desfilar pelas ruas e ocupar os espaços públicos da cidade. A Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro virou o órgão competente para conceder esta autorização, com base em parecer formulado pela Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-RIO – e condicionada ao "Nada Opor" das Subprefeituras da cidade. Para a obtenção da autorização definitiva, os grupos interessados em desfilar, precisavam apresentar, em conjunto com o pedido de autorização, diversos documentos, e também cumprir com diversas exigências, incluindo apoio logístico e de infraestrutura. Além disso, a Prefeitura começou a controlar o "patrocínio" dos próprios blocos, passando a exigir, no momento do requerimento de autorização, algumas informações sobre a exposição da marca do patrocinador, mesmo na vestimenta dos integrantes do bloco, nos instrumentos dos músicos, e no carro de som e demais adereços; exigindo a regularização do patrocinador junto à Coordenação de Licenciamento e Fiscalização. Diante de discussões acerca da "legitimidade" dos órgãos responsáveis para conceder a autorização em questão, e pensando em

aperfeiçoar a estrutura para a realização do evento, foi criada, em vinte de maio de 2013, a Comissão Especial de Avaliação de Blocos, que passou a ser responsável pela avaliação das solicitações de desfiles dos Blocos de Rua. De acordo com a Prefeitura, essa estrutura normativa foi supostamente criada para evitar que o caos se instaurasse na cidade possibilitando que o carnaval pudesse acontecer da melhor forma possível. Agora, superando esses argumentos, é possível perceber que na realidade, o controle urbano realizado pela prefeitura com base nesta estrutura normativa, atende os interesses de determinados grupos privados que atuam em conjunto com o setor público para a realização da festa. Porque se esses grupos não sabem onde estão os blocos, e se os blocos podem fluir livremente pelo espaço, as ações de marketing e o controle da venda de produtos (especialmente de cerveja) de marcas diferente da do patrocinador não podem ser desenvolvidas. É a mesma estrutura e o mesmo modelo de regulamentação criado para a realização dos megaeventos esportivos (sobretudo as olimpíadas), que foi massivamente questionada e criticada por muitos juristas, pesquisadores do campo do urbanismo, e pela população em geral, que percebeu que estava tendo seus direitos cerceados. Eu entendo que a principal consequência deste decreto é justamente esta. Porque ao autorizar um bloco ou banda a desfilar pelas ruas, a prefeitura está no fundo autorizando quem pode ou não ocupar o espaço público. Só que todos nós temos o direito de ocupar os espaços públicos, correto? Após longos períodos de proibição ao uso dos espaços públicos, e de realização de manifestações sociais e culturais, a Constituição Federal determinou, no art. 5º, inciso IX, o livre desenvolvimento de determinadas atividades, inclusive a artística, independentemente de licença, buscando não só resguardar o direito à expressão cultural dos cidadãos, mas também evitar que a cultura passasse por exame de conveniência por parte do Poder Público. Além disso, também foi assegurada a liberdade de reunião e manifestação nos espaços públicos, independentemente de autorização, desde que não frustrasse outra reunião previamente marcada e que fosse realizada de forma pacífica, sendo necessário, unicamente, o aviso prévio à autoridade competente. Isso tudo nos possibilita também concluir, que esta norma em questão é inconstitucional, não podendo, portanto, existir no nosso ordenamento jurídico e muito menos ser aplicada.

De que modo a necessidade de autorização afeta a espontaneidade e tradição dos blocos de carnaval (blocos tradicionais e novos)?

A estrutura criada pela Prefeitura para organizar o carnaval ignora o universo e a multiplicidade de atores e grupos sociais que participam do carnaval de rua. Se pararmos para pensar apenas nos grupos denominados “blocos”, poderemos perceber que existem diversos tipos de bloco que não se encaixam no modelo considerado padrão de bloco pelo poder público. E isso gera algumas consequências. Se pensarmos na burocracia exigida, a Prefeitura exige um certo grau de profissionalização desses grupos, que acaba afastando dos espaços públicos, e excluindo automaticamente da festa, determinados grupos que não possuem uma certa estrutura organizacional exigida pelo Governo Municipal. Além disso, se pararmos para pensar que com normas criadas para regulamentar o carnaval de rua, passou a ser controlado o tempo dos blocos, com duração de no máximo seis horas, sen-

do divididas em duas horas (no máximo) para a concentração e até quatro horas de desfile; poderemos perceber que essa exigência acaba afetando o processo de desenvolvimento do próprio Carnaval, matando a espontaneidade e a tradição dessa festa, que possui desde sempre hábitos e formas de operar muito próprias. Muitos blocos surgem, por exemplo, do encontro casual de pessoas e músicos que estão coincidentemente no mesmo lugar, sem qualquer combinado feito anteriormente a respeito. O Boi Tolo é um ótimo caso para a gente refletir. Porque se pararmos para pensar que o seu surgimento se deu de forma espontânea, quando um grupo de pessoas que estava esperando outro bloco na praça XV, que não aconteceu, resolveu começar a tocar e fazer a sua própria festa, podemos concluir que se este decreto estivesse em vigor naquela época o Boi Tolo poderia não existir. É claro que para isso seria necessário um aparato estatal de segurança para inviabilizar o desfile. Mas legalmente falando, aquela manifestação não poderia ter acontecido de acordo com as normas criadas pela Prefeitura. Então na prática, o que nós sociedade entendemos e desejamos como carnaval, ou seja, como essa festa criativa espontânea, alegre, e principalmente livre, está em risco.

Na sua visão, quais medidas foram tomadas para incentivo do Carnaval de rua? houve incentivo? elas são eficientes para a promoção da democratização dos blocos?

Assumindo que o Carnaval de rua é uma manifestação cultural e não um evento, eu entendo que não houve nenhuma medida do poder público de forma a incentivar essa festa. Desde que a Prefeitura começou a atuar em relação ao Carnaval de rua, ela partiu do pressuposto de que o Carnaval é um “ativo da cidade”, “um produto turístico” ideal para a promoção de marcas. Esse entendimento está inclusive registrado no Diário Oficial do Município pela Secretaria de Turismo, na ocasião em que justificou o lançamento de um dos “Cadernos de Encargo” de 2014 ou 2015. E por entender o Carnaval como produto, ela não apenas “vendeu” o nosso carnaval para certas empresas, como passou também a atuar em prol desta estrutura de festa, incentivando a construção de um grande evento em prol do setor privado, em detrimento do desenvolvimento cultural da população nos espaços públicos da cidade. Justamente por isso, é que essas medidas além de não serem democráticas, já que não tem nada de democrático em restringir o acesso da população aos espaços públicos, elas não contribuem em nada para a promoção da democratização dos blocos. Apenas reforçam uma lógica na qual determinados grupos (normalmente blocos grandes e de caráter comercial) permanecem se apropriando de certos espaços, principalmente os mais disputados e ligados às centralidades (Centro e Zona- Sul).

Comente sobre a relação do carnaval de rua com a cidade. Quais efeitos o decreto e a PPP trouxe para essa relação?

É importante entender que a reformulação do Carnaval de Rua não começa no ano de 2009, ao acaso, ou simplesmente porque ele é atraente para o mercado. O carnaval sempre foi interessante para o mercado, só que além do interesse mercantil centrado no consumo específico durante o evento, o domínio sobre o Carnaval de Rua passou a ser fundamental para a implementação de um projeto específico de cidade, chamado por muitas pessoas de “projeto olímpico”.

A Cidade Olímpica começa a ser construída em 2009, na gestão do Prefeito Eduardo Paes (PMDB/RJ), é por isso que nesse ano, diferentemente das gestões anteriores, a Prefeitura do Rio volta a sua atenção para a festa carnavalesca. A partir de análises das versões dos Planos Estratégicos da Cidade, foi possível perceber tanto a construção desse projeto de cidade, quanto o papel do Carnaval de Rua dentro dele. Com o objetivo de transformar o Rio de Janeiro no maior polo turístico do hemisfério sul, a Prefeitura determinou a criação de um calendário anual de eventos, anunciando, especificamente, o “reforço” para a realização do Carnaval de Rua. Contudo, apesar de o carnaval de rua se desenvolver a partir da ocupação das pessoas nos espaços públicos, o “reforço” fornecido pela prefeitura foi pensado e desenvolvido a partir da atuação de atores específicos, ligados ao setor privado, sem qualquer ampla participação social ou debate sobre o tema. Na realidade, as pessoas que realmente constroem a festa foram excluídas dessa reformulação, não tiveram sequer a oportunidade de se manifestar a respeito. Dentro deste projeto, a intervenção do setor privado se deu por meio da realização de uma parceria público-privada, cujos limites de atuação vão além do simples fornecimento de infraestrutura e de logística, configurando uma ressignificação das coalizões de poder que influenciam na produção da cidade. Considerando que era necessária a realização de determinadas ações de controle para que esse mais novo “megaevento” funcionasse, foi criada uma legislação específica para regulamentar o uso dos espaços públicos durante o período.

**Como foi estabelecida a Parceria Público Privada do carnaval?
Quais são as obrigações contratuais da empresa parceira?
Na sua opinião, essas obrigações atendem as necessidades do carnaval de rua?**

Bom, Para que o megaevento do Carnaval Oficial fosse posto em prática, foi necessária a adoção de algumas medidas, principalmente de ordem estrutural, dentre as quais a principal tem sido a realização de uma parceria público privada para produzir a festa. A parceria público-privada é uma modalidade contratual importada do direito estrangeiro que foi regulamentada em nosso país por meio da Lei Federal n. 11.079/2004. No âmbito internacional, o termo possui um significado muito mais amplo do que o concedido pela lei brasileira, que restringe o formato da PPP para concessão de serviços e obras públicas, a partir de apenas duas modalidades específicas, a parceria patrocinada, e a parceria administrada. A PPP funciona basicamente da seguinte forma, O ente público transfere bens para o setor privado, com ou sem pagamento em contrapartida, normalmente para o período de vigência do acordo, e especifica a operação dos serviços delegados e o parceiro privado, por sua vez, presta os serviços por um período de tempo definido. Para a Lei 11.079/04, a parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. A modalidade patrocinada é aquela em que a concessão de serviços públicos ou de obras públicas remunerado por meio de tarifa cobrada dos usuários e contraprestação pecuniária do parceiro público. Já a parceria administrada “o contrato de prestação de serviços é remunerado exclusivamente pela Administração Pública. Além disso, em ambos os casos é necessário que os contratos de PPPs contenham prazo não inferior a cinco

anos, nem superior a trinta e cinco; e que os valores contratados sejam, pelo menos, equivalentes a 20 milhões de reais. Ademais, é expressamente vedada a formalização de parcerias que possuam exclusivamente como objeto o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública. Sobre a estrutura da PPP do carnaval é preciso mencionar um ponto muito importante antes de comentar sobre as obrigações da empresa produtora. A questão é que a partir da leitura dos Cadernos de encargos e contrapartidas, dos processos de licitação realizados pela Riotur foi possível perceber que o arranjo estrutural montado pela Prefeitura não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas na Lei n. 11.079/04. Isso porque, a Prefeitura realiza anualmente um processo de licitação para escolher os seus parceiros, e que apresenta o respectivo contrato como sendo não oneroso. Então não caberia aqui falar de parceria público-privada nos termos da legislação federal, justamente é exigida por essa lei, que os contratos tenham prazo mínimo de cinco e máximo de trinta e cinco anos; e que os valores operacionais contratados sejam acima de 20 milhões de reais. Só que, ao mesmo tempo que não se encaixa nesta modalidade da Lei, tanto que nem está inscrita perante a subsecretaria de projetos estratégicos do município do Rio de Janeiro, como as demais PPPs, a estrutura é fato de uma parceria público-privada. Apesar de não se enquadrar nas previsões normativas da Lei n. 11. 079/2004, pelos fatores acima mencionados, os pressupostos, a linguagem contratual, a organização empresarial na operação, bem como a lógica por trás desses contratos são as mesmas de uma PPP. Enfim, é uma PPP que não poderia ser PPP entende? Mas considerando que é uma PPP a sua estruturação se deu da seguinte forma, desde o ano de 2009, as regras para a realização da festa de rua têm sido previstas nos chamados “Cadernos de encargo e contrapartidas”, que equivalem à figura do edital da licitação. Esses cadernos supostamente conteriam os padrões mínimos, estipulados pela Prefeitura, que deveriam ser cumpridos para a realização do Carnaval de Rua. De acordo com a leitura do caderno de encargos, o arranjo contratual foi estruturado tendo como base três partes contratuais diferentes: O realizador, que é a Riotur; o promotor/produtor que é a empresa ou o consórcio de empresas responsável pela produção da festa; e o financiador que equivale à empresa responsável pelos custos do contrato. Apesar de o contrato entre o financiador e o produtor se dar por meio de um instrumento particular separado do contrato principal (para a realização do evento), as regras para a escolha do financiador são estipuladas pela prefeitura dentro do próprio caderno de encargos. De acordo com as determinações do Poder público, serão permitidas no máximo 4 empresas, sendo uma financiadora máster e 3 financiadoras de apoio, que deverão atender aos limites previstos no próprio edital para exposição das suas marcas. É interessante notar que essa determinação em torno de um financiador principal busca resguardar, justamente, os interesses do próprio financiador, diminuindo as disputas para a exposição das suas respectivas marcas, e das demais ações promocionais que poderão ser desenvolvidas, de acordo com as cotas efetivamente pagas por cada um. Bom, além disso, esse contrato vai muito além do fornecimento de “banheiros químicos” ou outros itens de infraestrutura, cabendo à empresa, ou consórcio de empresas, responsável pela produção do Carnaval de Rua realizar

a operacionalização, produção, desenho, confecção, instalação, montagem, locação de materiais e equipamentos, manutenção e remoção dos equipamentos e de toda a infraestrutura necessária. Agora, apesar de todo esse aporte, a estrutura não atende ao carnaval de rua, e muito disso é devido à forma como essa estrutura é distribuída na cidade. Porque enquanto o Carnaval de Rua é uma festa que se desenvolve pelas ruas da cidade, se apropriando dos espaços públicos como um todo, as ações referentes à implementação de infraestrutura de apoio à festa são pensadas apenas para atender aos desfiles de alguns Blocos de Rua, ou seja dos “autorizados” pelo Poder Público. Assim, a infraestrutura que deveria ser pensada para atender a cidade como um todo fica restrita aos desfiles de blocos específicos e em partes específicas da cidade. Essa lógica de produção não considera duas questões essenciais relacionadas ao Carnaval de Rua, a primeira é que os espaços comuns, apropriados socialmente durante a festa, não são esvaziados após o término dos blocos; e a segunda é que a circulação e a permanência das pessoas nas ruas da cidade extrapolam, e muito, as áreas apontadas pelo Poder Público, restritas ao percurso dos desfiles e às suas “proximidades”. E justamente por isso, dentre outras questões, é que este modelo não atende e não funciona para a população. Funciona muito bem para o Parceiro Privado que tem seus custos operacionais reduzidos, mas não traz grandes benefícios para a população entende?

Quais as contrapartidas foram assumidas pela Prefeitura na PPP? Qual sua opinião sobre elas?

De acordo com o Caderno de Encargos para a Realização do Carnaval de Rua de 2016, a única contrapartida garantida ao Financiador do projeto pelo dinheiro investido na realização da festa seria supostamente a veiculação da sua marca apenas nos artefatos publicitários, e desenvolvimento de ações promocionais durante o carnaval, tudo de acordo com o seu percentual de financiamento. Esta é a única previsão existente no item chamado “contrapartidas”. Contudo, na prática todo mundo que vive o Carnaval de Rua percebe que a marca do financiador está espalhada por todos os artefatos carnavalescos colocados pela empresa produtora, isso significa, que na prática, não é atendida a cláusula de decoração. Existe uma divisão muito clara nestes Cadernos de Encargos que publicidade é uma coisa e decoração é outra, mas a empresa Produtora não faz decoração, só espalha pela cidade publicidade. Até quando não tem a marca de forma explícita, os itens nos remetem ao patrocinador pela cor. Isso levou inclusive à denúncia da presidenta da SEBASTIANA, Rita Fernandes, em um artigo do Jornal o Globo, de que o carnaval estava todo azul, monocromático, era a tal onda azul sabe. Depois disso a empresa colocou adereços de outras cores, como um verde e um rosa, mas mesmo assim não teve grande impacto e nem mudou muita coisa. Além dessa questão, um debate que atualmente é muito forte é sobre o monopólio na venda de cerveja nos espaços públicos pela marca patrocinadora. Apesar de não ser previsto de forma expressa no Caderno de Encargos como contrapartida, é possível perceber esta previsão a partir de outras cláusulas e disposições, principalmente as que estão no Anexo I, que estabelece os critérios para o credenciamento de promotores de venda, ou seja, dos camelos, para trabalharem no Carnaval de Rua. Na parte correspondente às etapas da seleção,

é possível verificar que o período de inscrição é aberto para os interessados em atuar, exclusivamente, na promoção da marca habilitada. A entrega do material de trabalho que é a credencial, o equipamento e o uniforme é feita mediante frequência obrigatória em palestras que tratam das obrigações dos promotores da empresa habilitada, etc. Além disso, existe previsão expressa em relação à atuação e fiscalização da Guarda Municipal no sentido de permitir a apreensão pelos agentes do município de tudo que é identificado como que equipamento estranho, mesmo por promotores credenciados, por se considerar exercício não autorizado do comércio ambulante. Agora, se o promotor é cadastrado para atuar exclusivamente para a marca habilitada, que corresponde na prática à marca do Financiador, e se a Guarda Municipal está autorizada a apreender todo e qualquer material que não for fornecido pela empresa habilitada, é garantida automaticamente a instituição de exclusividade de venda de determinados itens, com controle feito pelos agentes de segurança do município. entende? e até onde eu aprendi nos meus quase 10 anos de estudos sobre direito, o monopólio é algo vedado por lei, não é mesmo? Agora, para além do aspecto legal, o monopólio pé extremamente prejudicial para a população que fica restrita a consumir determinados produtos nos espaços públicos da cidade, porque veja bem, não estamos falando de uma festa que a pessoa paga para ir em determinado lugar, estamos falando da rua, que é de todo mundo e é aberta para todo mundo, ou pelo menos deveria ser.

Temos visto a crescente repressão aos blocos não-oficiais e ao comércio ambulante. Você pode comentar um pouco sobre os motivos dessa repressão?

Bom, com relação ao comércio ambulante, é muito claro que a repressão tem ligação com a questão do controle de vendas de produtos ligados à marca habilitada. Existem diversos vídeos no youtube, depoimentos, matérias de jornais que mostram a violência dos agentes do estado em relação aos trabalhadores informais porque estavam vendendo uma marca diferente. Apesar da Prefeitura negar que exista essa orientação e defender que a marca do patrocinador é a única a ser vendida porque esta empresa apresenta condições de mercado mais vantajosas para os ambulantes, o que se assiste na prática é outra coisa, a ponto de a abertura do carnaval não oficial de 2016 ter acabado o grupamento tático da Guarda lançando muitas bombas de efeito moral e utilizado de forma exacerbada o spray de pimenta por causa de uma confusão que se iniciou quando os agentes foram apreender a mercadoria de um camelo que estava vendendo outra marca. A repressão aos blocos segue no fundo a mesma lógica, É necessário controlar o circuito dos blocos, porque ao contrário, o produtor não tem como equipar a cidade desta maneira, o patrocinador não consegue realizar as suas ações de marketing e muito menos o controle de venda de bebidas. Foi possível perceber que ao longo dos anos, a repressão dos agentes de segurança do município foi se dando de uma forma mais violenta, e que o ano de 2016, que correspondeu ao de realização das olimpíadas, foi o mais violento de todos, tendo havido registros de utilização de armas não letais contra os cidadãos em alguns blocos não oficiais, em partes diferentes da cidade.

Na sua visão, quais medidas deveriam ser tomadas pela Prefeitura para preservação de blocos tradicionais?

Veja bem, a primeira grande medida a ser tomada é tratar o carnaval como uma manifestação cultural e não como um produto turístico, retirando o Carnaval do âmbito da secretaria de Turismo e transferindo, conseqüentemente, a competência de atuação e gestão para a secretaria de Cultura. Esse é um ponto primordial defendido pela maioria dos blocos oficiais e não oficiais e deveria, na minha opinião, ser a primeira questão a ser resolvida. Por que? Porque isso vai determinar tudo, vai determinar as diretrizes que vão ser traçadas e logo as ações que serão tomadas pelo poder público, porque se mudarmos os pressupostos mudaremos o processo entende? porque os objetivos serão no fundo outros. Além disso, entendo que a Prefeitura deveria abrir o processo de construção da festa para a sociedade. Ou seja, a população deveria poder não só debater esse projeto, mas também participar do processo de concepção da estrutura física a ser fornecida. A população, e os grupos que ocupam as ruas sabem muito mais de carnaval e do que a festa precisa do que uma empresa privada focada na realização de determinados eventos da indústria de entretenimento, pensados unicamente a partir da perspectiva do lucro.

Você Pode fazer um balanço dos oito anos de gestão do Eduardo Paes no que se refere ao Carnaval de rua? e com relação às diferentes zonas da cidade? e desse primeiro ano da gestão do Crivella?

Em primeiro lugar, foi possível verificar ao longo desses oito anos de gestão do Eduardo Paes, um movimento de privatização de uma manifestação popular, com a conseqüente mercantilização dos espaços públicos da cidade, que passaram a ter seu uso controlado e restringido pela Prefeitura em troca de uma suposta estrutura que iria satisfazer as necessidades da cidade e atender aos anseios da população. Apesar da Prefeitura do Rio defender que anualmente a estrutura de festa era aperfeiçoada, que mais equipamentos como banheiros e unidades médico hospitalares, eram oferecidos, a realidade é que nos oito anos do Governo esta estrutura esteve muito distante de atender o carnaval da cidade como um todo, por todas as questões já respondidas anteriormente. Aliado a isso, foi possível perceber um cenário de repressão e violência que foi aumentando ao longo desses anos, apontando para uma expansão dos mecanismos de controle urbano, em determinadas partes da cidade, ligadas as centralidades que são o Centro, a Zona Sul e também a Barra da Tijuca, por parte do poder público. Com relação ao primeiro ano do Crivella, podemos dizer que apesar da licitação ter sido realizada ainda no governo do Paes, porque normalmente o processo de escolha do parceiro privado acontece uns seis meses antes do carnaval, a cidade vivenciou um verdadeiro caos. Os banheiros não estavam no lugar, os que estavam se encontravam na sua grande maioria, trancados, ou seja, fora de uso. Não teve controle de trânsito dentre outras questões, mas teve propaganda e teve controle na venda de bebidas. A sensação é de que a prefeitura tinha abandonado totalmente a cidade e o carnaval. Para além disso, o Prefeito deu indícios de acirramento da lógica privatista e de controle. De acordo com algumas notícias veiculadas na grande mídia, O prefeito sugeriu a criação de um blocódromo

dentro de um espaço fechado, a permissão de desfile de blocos com trio elétrico nos moldes do Carnaval de Salvador, e ainda a criação de normas para multar as pessoas que botarem os seus blocos na rua sem autorização. É um festival de abusos que se iniciou e acompanha todo um movimento de desmonte da cultura na nossa cidade por parte do novo prefeito.

Quais os desafios para o próximo ano, considerando as informações que temos hoje?

Bom, considerando o atual cenário de desmonte do setor cultural, aliado ao movimento de intensificação da privatização da festa por parte do Poder Público, e ao aumento do controle urbano, podemos esperar um cenário não muito amigável para o Carnaval de Rua. É muito preocupante o que está em jogo na nossa cidade e por isso o momento é de reflexão e de união em prol da proteção não apenas do carnaval, mas principalmente dos espaços públicos que se encontram cada vez mais fechados para a população, por um governo fundamentalista e pouco democrático.

MONOPÓLIO DA RUA

“Vem, pode chegar, que a rua é nossa mas é por direito”

Mangueira, 2018.

Tradição longínqua na história de muitas sociedades, o carnaval de rua do Rio de Janeiro encarna, desde seu início, os momentos de reapropriação da cidade pela população. A arena: pública. As ferramentas: criatividade, deboche espontaneidade. O lúdico bordando o lúcido. As disputas por quais modelos de carnaval de rua devem prevalecer são, também, as disputas por modelos de cidade. Reciprocamente – as variadas formas de se entender a cidade refletem no carnaval que é proposto. Foi o que aconteceu em 2009, quando o gatilho dos megaeventos começava a ser acionado e, com ele, a opção por fazer dos setores turístico e cultural a síntese de um modelo de desenvolvimento vigente nos últimos anos.

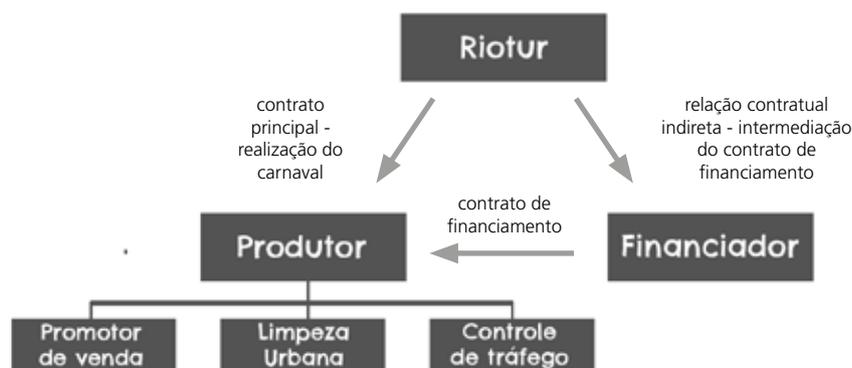
Em 2014, coincidindo com os preparativos para as Olimpíadas, consolidou-se a chamada “reinvenção do carnaval de rua”, assim denominada no documento de apresentação da festa daquele ano elaborado pela Riotur (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro). A lógica da cidade-olímpica chegava ao carnaval, inaugurando o período do carnaval-olímpico.

Refletindo um enredo que se desenhava em outras esferas políticas da cidade, a Prefeitura adotou desde 2009 o mecanismo das parcerias público-privadas para o carnaval de rua, estruturado da seguinte forma:

- 1) Realizador – representado pela Riotur, regula e fiscaliza a festa.
- 2) Produtor – empresa ou consórcio de empresas responsável pela produção da festa, aí incluída promoção de vendas, limpeza urbana, instalação de banheiros químicos, decoração, estrutura médica e controle de tráfego. A produtora DreamFactory tem assumido esse posto.
- 3) Financiador – contratada pela empresa produtora, é responsável pelos custos do contrato, com direito à veiculação da marca com fins promocionais. A cervejaria Ambev, responsável, entre outros produtos, pela cerveja Antártica, tem sido a financiadora.

Embora esta Comissão não tenha recebido da Riotur editais, contratos e anexos de 2009 e de 2013, conforme solicitado, em documentos dos outros anos, até 2016, a única proponente das licitações para o posto de produtor foi a empresa Dream Factory, conhecida pela onipresença em eventos da cidade, como “Rock in Rio”, “Maratona do Rio”, “Rio Gastronomia”, “Jornada Mundial da Juventude” e “Roda Skol”. A exceção foi no ano de 2010, em que mais de trinta empresas apresentaram propostas.

Arranjo contratual / estrutural | Carnaval de Rua Oficial



Fonte: Dissertação "Quando o Carnaval encontra a cidade – disputas, conflitos e resistências no Rio de Janeiro". MACHADO, Fernanda Amim Sampaio – Defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/UFRJ em Junho/2017.

Além de haver quase sempre o mesmo e único proponente para um evento tão conhecido como o carnaval de rua, outras questões nos chamam atenção, como a frequente alternância entre as denominações "financiadora" e "patrocinadora" para designar a empresa que paga os custos da estrutura das ruas. As características dos contratos também contribuem para a pouca clareza dos procedimentos. Segundo a Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública, os contratos estabelecidos devem ser de, no mínimo, cinco anos, e os valores operacionais precisam estar acima dos R\$ 20 milhões. O que ocorre no carnaval de rua do Rio de Janeiro, no entanto, é um contrato anual e dito "não-oneroso", cuja natureza se choca com o previsto em lei federal.

A pouca transparência sobre qual exatamente o tipo de relação entre as figuras do "realizador", "produtor" e "financiador" não impediu, contudo, de detectar outra característica: a desigualdade em relação aos territórios da cidade. Analisando os editais desde 2010, verificamos que as exigências da Prefeitura sobre a produtora em relação à infraestrutura médica de atendimento é restrita aos bairros do Centro, Ipanema, Leblon e Copacabana, não havendo qualquer preocupação com os foliões de outras localidades previstas nos editais, como Zona Norte e Zona Oeste. O mesmo acontece com as decorações de logradouros, em que apenas dois endereços figuram como pontos obrigatórios, sendo um em Copacabana e o outro no Centro. As demais áreas da cidade, no lugar da decoração, recebem apenas a instalação de "aparatos publicitários" da empresa financiadora, o que distorce a ideia de cidade enfeitada, transformando-a em cidade-outdoor. Em outras palavras: o colorido característico da festa dá lugar ao monocromatismo da empresa financiadora.

No que diz respeito aos banheiros químicos, o problema não é a restrição deles a um ou dois eixos da cidade, mas a forma genérica como sua instalação é cobrada, ficando a cargo da empresa produtora decidir em quais locais e em quais períodos eles serão colocados. Se, entre 2011 e 2014, a Prefeitura estabelecia

a quantidade de banheiros por dia que deveria haver na cidade, mas não estabelecia em que lugares da cidade isso se daria, depois de 2014 não houve mais exigência de como os banheiros deveriam ser distribuídos nos períodos do pré-carnaval e do carnaval. A Riotur se limita, desde então, a aprovar o plano que a empresa apresenta, e não mais a determiná-lo.

Todos esses apontamentos, verificados nos editais recebidos pela Comissão, foram reforçados nos depoimentos de foliões e presidentes de blocos nas audiências e debates públicos realizados. A reclamação sobre a falta de transparência nas normas, sobre a insuficiência de infraestrutura e a maneira desigual como é distribuída e sobre o monopólio que a empresa financiadora exerce na propaganda e venda de produtos nas ruas foram a tônica das reclamações que, diga-se, são bastante perceptíveis a qualquer um que brinque o carnaval na cidade.

Importante acréscimo: às vésperas da publicação deste relatório, foi noticiado que a prefeitura de Crivella aumentou o tempo de monopólio, ampliado o contrato com a DreamFactory para três anos, até o ano de 2020.

RECOMENDAÇÕES

- Transferir da Riotur para a Secretaria Municipal de Cultura a responsabilidade sobre o carnaval;
- Criar a Subsecretaria Municipal do Carnaval, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba e do carnaval de rua, promovendo a ocupação democrática do espaço público e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações e aos blocos de rua;
- Garantir maior transparência às informações, disponibilizando no site da prefeitura, em aba específica, todos os editais, contratos e documentos relacionados com a organização do carnaval;
- Garantir em todas as áreas da cidade contempladas na organização do carnaval, de forma proporcional e democrática, o ordenamento urbano (controle de trânsito e limpeza urbana) e a infraestrutura técnica necessários (instalação e manutenção de banheiros químicos, estrutura médico-hospitalar, programação visual e decoração de logradouros) para a realização do carnaval de rua, conforme estudo prévio feito pela Subsecretaria Municipal do Carnaval, informando com antecedência os locais escolhidos e as datas estabelecidas para o funcionamento, e considerando as características urbanas da região, o número de blocos previstos para cada área e o tamanho do público estimado;
- Investir na construção de banheiros públicos fixos nas principais vias e praças da cidade, promovendo a ocupação dos logradouros públicos para atividades de cultura e lazer, para além do período do carnaval.

ESPONTANEIDADE E TRADIÇÃO

“Não põe corda no meu bloco”

“Plataforma”, João Bosco e Aldir Blanc.

No bojo das mudanças de infraestrutura na organização do carnaval, a ressignificação do carnaval de rua promovida pela prefeitura nos últimos anos passou, também, pela criação de uma legislação específica que submeteu os blocos ao crivo de uma comissão de avaliação responsável por deferir ou indeferir desfiles, datas e trajetos. Com pequenas diferenças entre eles, foram publicados os decretos nº 30.453/2009 e 30.659/2009, que não estão mais em vigor, e os de nº 32.664/2010 e 37.182/2013. Todos assinados pelo então prefeito Eduardo Paes (PMDB).

Sob a justificativa da “organização dos desfiles de modo que as manifestações espontâneas se desenvolvam de forma ordeira”, a prefeitura passou a exigir um procedimento de prévia autorização, desconsiderando a heterogeneidade das agremiações e condicionando a espontaneidade do carnaval de rua à Riotur, empresa pública mais voltada para promover e estruturar o turismo do que para formular e garantir uma política cultural. Em se tratando de obter uma autorização anual definitiva, as exigências passaram a ser expressas em um conjunto de documentos: requerimento; cópia da carteira de identidade e CPF do responsável pelo bloco ou banda; ciência das autoridades de Segurança Pública e Defesa Civil, Comlurb, Secretaria de Ordem Pública e comprovantes de cumprimento de eventuais exigências realizadas a critério das subprefeituras. Além disso, em casos de blocos com patrocínio, passaram a ser exigidos detalhes sobre a forma de exposição da marca do patrocinador.

A análise do teor dos três primeiros decretos e as datas em que foram publicados – mesmo ano (2009) ou ano seguinte (2010) à entrada de parcerias público-privadas na organização e divulgação do carnaval – fortalecem a tese de que a regulamentação dos blocos e bandas, tal como foi apresentada, ajudou a moldar o carnaval para atender aos interesses do setor privado. Com informações detalhadas sobre cada bloco, poder de veto, restrição dos horários (outra exigência prevista nos decretos) e a ciência de eventuais patrocinadores de alguns blocos, a Riotur – justamente o órgão que figura na relação contratual da parceria público-privada – passou a deter informações cruciais para ações de marketing e publicidade previstas como contrapartida ao financiador do setor privado.

Além da pouca ou nenhuma participação dos blocos e bandas de carnaval no processo – o decreto de 2013 criou uma comissão com representantes de entidades carnavalescas, mas nada que tivesse peso significativo – e da gradual transformação da festa de rua em uma mercadoria de agrado ao patrocinador, ficou claro que a regulamentação não se preocupou em preservar as singularidades de cada manifestação, tratando todos os incontáveis agrupamentos carnavalescos como se fossem megaestruturas. Nesse sentido, ficou

claro que a preocupação principal da prefeitura não era com a promoção de uma tradicional e espontânea ocupação das ruas, mas com as possibilidades de mercantilização da festa.

Ao poder público cabe garantir que o carnaval seja feito de forma a conviver com outras demandas da cidade, sem que isso signifique descaracterizar a manifestação nem retirar direitos. A espontaneidade dos blocos não pode ser sufocada, a permanência de agremiações tradicionais deve ser estimulada, uma festa secular de muitos matizes não pode ser encarada como um imenso show patrocinado. São esses princípios que devem reger a política cultural ligada à ocupação das ruas, e eles convivem muito mal com a solução de se fazerem atalhos jurídicos preocupados em agradar os interesses privados.

“Não vem com spray de pimenta, eu não sou acarajé”

Prata Preta, 2014.

Nesse cenário de falta de diálogo e de políticas mais preocupadas em transformar as ruas em mercadorias do que em garantir a folia, muitos são os blocos que, por não demandarem maiores estruturas, desfilam sem se submeter ao questionável crivo de avaliação feito pela prefeitura. Parte deles é associada ao Desliga dos Blocos, que defende, em seu manifesto, o direito à cidade, a liberdade de expressão e reunião, assim como a preservação da espontaneidade própria do carnaval carioca. Outros apenas saem com seus foliões batucando por ruas e praças no período carnavalesco, como a melhor tradição da cidade ensinou a fazer.

A resposta da Guarda Municipal e da Secretaria de Ordem Pública (Seop) tem sido a repressão e o uso, quase sempre desproporcional, da violência. Às vésperas da publicação deste relatório, foi noticiado que a prefeitura de Marcelo Crivella negociou a instalação de cinco centros de videomonitoramento. O recado parece claro: engessamento e mercantilização da mais importante manifestação cultural do Rio são permitidos; botar o bloco na rua, cada vez menos.

RECOMENDAÇÕES

- Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Criar um Conselho Municipal do Carnaval de Rua, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre o poder público e representantes de blocos de carnaval, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do carnaval de rua e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;

- Preservar a espontaneidade do carnaval carioca, diferenciando os blocos por estimativa de público, sendo exigido dos blocos com estimativa de público de até 1 mil pessoas que não façam uso de carro de som, apenas a comunicação sobre o dia e a hora do desfile à Superintendência local responsável pela região que o bloco pretende desfilar, a fim de compatibilizar eventual compartilhamento de espaço com outra atividade da mesma natureza no mesmo dia e local.
- Elaborar uma política de incentivo para blocos e grupos carnavalescos tradicionais, com o objetivo de promover a memória e preservar a história do carnaval de rua do Rio de Janeiro.
- Garantir a estrutura necessária para a realização do tradicional desfile de blocos de carnaval no centro da cidade.

**CHOQUE
DE ORDEM**

“Ganância veste terno e gravata”

Beija-Flor, 2018.

A relação entre empresa financiadora, trabalhadores ambulantes e agentes públicos de segurança talvez seja a expressão mais evidente da apropriação privada do carnaval de rua. Pelas regras da parceria público-privada estabelecida, foi determinado que a empresa produtora seria a responsável pelo cadastramento especial dos camelôs que atuam nas ruas da cidade nesse período. A partir disso, chega-se ao seguinte quadro: trabalhadores ambulantes, que não têm nenhum tipo de vínculo trabalhista, salarial ou contratual com a empresa produtora ou financiadora, são obrigados a seguir normas estabelecidas por elas e a vender os produtos que elas determinam. Para garantir tudo isso, os agentes públicos, que deveriam zelar pela segurança da cidade, são convertidos em fiscais de venda, reprimindo com violência ambulantes que não agirem como funcionários da produtora ou da financiadora.

Esse monopólio da cidade promovido pela Ambev (financiadora), organizado pela Dream Factory (produtora) e autorizado pela prefeitura (fiscalizadora) não está previsto de forma clara no Caderno de Encargos e Contrapartidas. No entanto, da leitura integral do “Anexo I”, é possível extrair trechos que abrem brechas para ele.

Ao dispor sobre as “etapas da seleção” dos “promotores de venda”, verifica-se que a inscrição é aberta para os interessados em “atuar, exclusivamente, na promoção da marca habilitada”. Após essa etapa, está prevista a entrega do material (credencial, equipamento e uniforme com a marca do financiador) mediante “a frequência obrigatória em palestras sobre noções de posturas municipais (...) principalmente sobre as vedações e obrigações dos promotores da empresa habilitada”. Além disso, o “Anexo 1” também dispõe sobre “a atuação e fiscalização da Coordenação de Controle Urbano (CCU) e Guarda Municipal (GM-RIO)” no sentido de fiscalizar e coibir “a utilização de equipamento estranho ao estabelecido (mesmo por promotores credenciados), bem como a utilização de material em locais e horários onde não esteja ocorrendo o desfile de blocos”, sendo “considerado exercício não autorizado do comércio ambulante, sujeitando-se o infrator a ter todo equipamento e a credencial apreendidos”.

Na prática, a parceria público-privada transformou o espaço público em um grande quiosque de vendas exclusiva, submeteu o ambulante a regras incabíveis estabelecidas por quem não tem direito de estabelecê-las, tirou o direito de escolha do consumidor e transformou agentes de segurança públicos em gerentes de cervejaria que, além de tudo, usam a força para reprimir os ambulantes e apreender suas mercadorias, numa lógica policiaisca semelhante (embora ainda mais violenta) à adotada contra os blocos.

Acréscimo importante: às vésperas da publicação deste relatório, foi noticiado que a prefeitura de Marcelo Crivella negociou a instalação de cinco centros de videomonitoramento, que vão auxiliar o controle e a repressão de quem não se inserir na lógica de carnaval mercantilizado.

RECOMENDAÇÕES

- Extinguir qualquer regra passível de ser interpretada como obrigatoriedade de venda em caráter de exclusividade de mercadoria ligada a determinada marca, durante o pré-carnaval, o carnaval e outros grandes eventos, ficando os vendedores ambulantes livres para a comercialização das mercadorias de sua escolha;
- Ampliar as vagas oferecidas para o edital de cadastro a fim de garantir maior número de trabalhadores atuando no comércio ambulante durante o pré-carnaval e carnaval da cidade do Rio de Janeiro;
- Extinguir a necessidade de cadastro prévio por parte de vendedores ambulantes que já possuam autorização da prefeitura para exercer sua profissão na cidade do Rio de Janeiro ao longo do ano, sendo a sua autorização válida para atuação em grandes eventos;
- Democratizar e desburocratizar o processo de cadastramento do comércio ambulante ao longo do ano, dando preferência aos profissionais que exercem com habitualidade a atividade profissional, sendo admitido qualquer tipo de documento para a comprovação da atividade: para facilitar a verificação, parte do cadastramento deverá ser feito in loco através de um mapeamento feito pela prefeitura dos profissionais que já atuam como vendedores ambulantes.

CAR

NIAR

IVAL

DE

AVENIDA

Não... Não liga não!
Que a minha festa é
sem pudor e sem pena

Volta a emoção
Pouco me importam
o brilho e a renda

Vem pode chegar...
Que a rua é nossa
mas é por direito

Vem vadiar por opção,
derrubar esse portão,
resgatar nosso
Respeito

**G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA
DE MANGUEIRA 2018**

ENTREVISTA

**ANDERSON
BALTAR**

Jornalista, especialista em carnaval.

"SE HÁ FALTA DE TRANSPARÊNCIA NO CARNAVAL SE DEVE TOTAL E UNICAMENTE À OMISSÃO DO PODER PÚBLICO"

Você pode comentar um pouco sobre o Carnaval do Sambódromo e Intendente? Falta transparência para o Carnaval do Sambódromo e da Intendente?

Falta de transparência... Primeira pergunta que eu faço é de quem, né? É porque têm vários entes. O carnaval da Sapucaí é a Dinamarca e o carnaval da Intendente é Ruanda. São duas realidades totalmente distintas onde a falta de transparência se manifesta também de formas distintas. Eu acho que se há falta de transparência no carnaval se deve total e unicamente à omissão do poder público. Se o poder público estivesse presente, fiscalizando, cobrando, interessado verdadeiramente no que tá sendo feito com o carnaval, teríamos um ambiente muito menos obscuro, não teríamos uma "caixa-preta", talvez, tão grande. O que eu quero dizer com isso? Nossos homens públicos acham que o carnaval é apenas mais uma data no calendário da cidade. Não é! O carnaval é a principal data da cidade. É o motivo para que milhares de pessoas venham pra cá e outras tantas fiquem pela televisão assistindo. Então é uma festa que movimenta uma economia, uma economia que durante os meses que antecedem a festa garante o sustento de milhares de famílias, seja nas quadras, seja nos barracões, seja no comércio de carnaval, de artigos de carnaval, de plumas, de plásticos, de tecidos, de isopor... Seja no comércio informal dos barraqueiros, do cara que vende cerveja na porta da quadra, no ensaio de rua, na Sapucaí no entorno no próprio dia do desfile. A gente fala nesse número que já é meio chavão de 2 bilhões de reais de injeção na economia da cidade em apenas 4 dias, se colocarmos na ponta do lápis o que o carnaval representa pra cultura da cidade ao longo do ano é uma quantia muito maior. E tudo isso acontece porque o homem público acha que a subvenção tem que sair faltando 90 dias pro carnaval, porque acha que não tem que haver reajuste, porque acha que tem que botar dinheiro na creche e não no carnaval, porque acha que é besteira, coisa de pobre, coisa de preto, de favelado, coisa de macumbeiro. Isso é uma coisa que a gente falou muito nas Audiências dessa Comissão Especial do Carnaval, quando o poder público não se faz presente, o "Poder Paralelo" se instala. O jogo do bicho chegou no carnaval e fez muito pelo carnaval também. Não estou aqui numa de demonizar o jogo do bicho, não. E também não tenho rabo preso com nada, não tô aqui pra elogiar ou criticar. Estou aqui pra fazer uma análise histórica e de perspectiva. O jogo do bicho entrou no carnaval porque ninguém tava interessado nas escolas de samba, e os bicheiros viram nas escolas de samba uma fonte de

prestígio social. Eles nem entraram pelo dinheiro. Entraram pelo prestígio social, pela forma de poder ser recebido pela porta da frente nos gabinetes, nos salões. Hoje você vê prefeitos recebendo os bicheiros, governadores recebendo os bicheiros no Palácio, eles fazendo festas no Copacabana Palace, saindo em revistas de celebridades. Então eles conseguiram um apoio, um apoio midiático, apoio social, um reconhecimento e um respeito que na atividade deles normalmente eles não teriam. Então voltando a sua pergunta, eu acho que a transparência falta em vários atos. Em você simplesmente entregar a administração do carnaval pra Ligas e não estipular corretamente quais são as contrapartidas. Quais são as contrapartidas sociais que as Ligas dão pra cidade, pro Município? Obviamente que não é pra fazer uniforme de escola no barracão, isso é uma imbecilidade, mas poderemos estipular. Há alguns anos a prefeitura, pra justificar um aumento de repasses, criou o “Viradão de Momo” que todo mundo sabe que era uma grande enganação, as escolas abriam as portas ali, inventavam uma programação só pra dizer que fez. Então assim, eu acho que o poder público falha nisso. Falha na questão da privatização do sambódromo... Como foi feita essa privatização? Quais são os termos desse contrato? Alguém sabe? E na minha opinião, a pior falha é na questão dos julgamentos dos desfiles. Porque é ali que você define se no ano que vem uma escola vai receber 6, 7 milhões de insumo ou se vai receber 700 mil. Ou se em vez de receber 700 mil, vai receber 140, ou invés de 140 vai receber 60 mil. Então se o dinheiro é público, eu como ente público falaria “você quer o dinheiro público, tudo bem. Então o julgamento do carnaval será coordenado pelo poder público.” Não nos termos que era antigamente na RioTur, uma bagunça que botavam um monte de gente que não tinha nada a ver, como o Sócrates do Corinthians que foi ser jurado de bateria que ele falou “ah, a bateria que me emocionou eu dei 10, a que não, eu dei 8”. Não é isso. É pra você chegar e falar que o poder público está ali e fechou um convênio com a FGV, e ela vai treinar, capacitar, os jurados. fechar um contrato aqui com uma empresa de auditoria, como uma Price, por exemplo, que vai fazer todos os procedimentos pela lisura do concurso. “Vocês são Ligas, vocês vão se organizar, o poder público paga a subvenção, mas vamos cobrar essa subvenção também de vocês. Vocês querem montar a estrutura de vocês na avenida, vocês vão montar a estrutura de vocês, mas o poder de definir quem no ano que vem vai pro Grupo de Acesso não é de vocês não, é nosso (poder público)”. Já que o poder público está colocando o dinheiro, deve ser ele o responsável pela decisão. Eu acho então, que toda essa caixa-preta se formou ao longo de décadas, por pura e total incompetência. O poder público lavou as mãos. Eu acho que se o poder público tomar a frente, quem tá ali por interesse que não seja muito legal vai começar a ver que isso aqui já foi bom, mas hoje em dia pra mim já não tá dando... O crime funciona assim né!? Se o poder público fosse mais presente muita gente que hoje está no carnaval com outros interesses, iria tomar o rumo de casa.

Você pode comentar sobre o processo de venda dos ingressos para o Sambódromo? Como isso poderia melhorar?

Na verdade a venda de ingresso, por incrível que pareça melhorou esse ano. Das poucas coisas que melhorou no carnaval foi a venda de ingressos. Eu estive na coletiva do lançamento da venda de ingressos. Nós temos, primordialmente três setores na Avenida, que são as arquibancadas, as frisas e os camarotes. Os cama-

rotas são os primeiros setores a serem vendidos, geralmente, em setembro começam as reservas, feitas por fax. Em outubro são as frisas, e as arquibancadas em dezembro ou janeiro a depender de quando cai o carnaval. E pela primeira vez a venda antecipada dos ingressos para arquibancada foi feita por cartão de crédito e internet. Até então, a venda era feita por uma central telefônica que você ficava ali tentando, tentando, tentando não conseguia. Esse ano a venda foi pela primeira vez pela internet, e principalmente - o que eu achei mais importante-, não foi só a venda pela internet, mais sim o parcelamento. Quem tem cartão elo, pode parcelar em 6 vezes. Abriu primeiro pra quem tem cartão Elo, hoje abriu a venda para quem tem Visa e Mastercard. Eu acho que venda de arquibancada é a que afeta o grande público, o povo das escolas...Pra mim o maior problema nunca foi o preço do ingresso, mas sim o acesso ao ingresso. A dificuldade que as pessoas têm de comprar o ingresso, a pessoa quer comprar o ingresso de carnaval e dizem que já vendeu tudo por telefone. Agora a venda está aberta na internet, e mais, 25% ainda foram reservados para quem não tem cartão de crédito pela venda antiga por telefone. Então nesse ponto o Erón, que é o diretor de vendas da LIESA, ele me explicou que eles têm a preocupação de que não podem vender carnaval como se vende Rock In Rio, pois o público é muito mais amplo do que um festival de Rock. Você pega do 8 ao 80, da classe E a classe A. Achei interessante ter cartão de crédito para as arquibancadas, com o boleto por telefone ou até depois se sobrar algum ingresso eles vão abrir um estande lá na Avenida e você vai lá com o dinheiro e compra o ingresso, enfim, capítulo pra arquibancada pra esse ano eu acho que se equacionou bem. E ao mesmo tempo ele me explicou que não dá pra fazer uma venda de frisa pela internet porque as operadoras de cartão de crédito não se interessam pela frisa. Porque a frisa custa em média 6, 7 mil reais com 6 lugares, pouquíssimas pessoas têm limite no cartão de crédito pra comprar essa frisa, uma pessoa que quiser comprar uma frisa nos dois dias de desfile, vai ter que ter 14 mil reais de limite no cartão de crédito. Nem as operadoras de cartão querem fazer essa venda. Por conta disso, a reserva é por fax que - segundo ele me explicou-, se três pedidos chegarem ao mesmo tempo na internet não dá pra definir qual chegou primeiro. E o fax por ter uma ordem analógica, teria condições de dizer que o pedido dele chegou primeiro do que o seu. Uma coisa importante é que eles me mostraram até a planilha dos camarotes esse ano na Coletiva. Ele também explicou por que o camarote é vendido assim, e a questão da reserva. Muitas empresas querem comprar três, quatro camarotes, mas querem comprar os camarotes um do lado do outro; então a empresa já chega e já faz o pedido e já reserva box 1,2, 3, e 4 e assim por diante... Então tem suas especificidades, o camarote então é mais caro que a frisa, o camarote mais barato na noite é 50 mil reais, aí que você não vai vender pela internet mesmo. A venda tá terceirizada na mão de uma empresa, menos frisa e camarote e os 25% que fica na mãe deles.

Quais fatores levaram a essa mudança, na sua opinião? **Pres-** **ção social?**

O público sempre pressionou muito, os sambistas sempre defenderam a venda de ingressos dessa forma. Mas eu sinceramente não acredito que tenha sido só pressão não. Acho que foi a própria conjuntura econômica do país que fez com que eles partissem pra algo mais moderno. A própria pressão mesmo da Comis-

são, da mídia ter voltado mais esse ano a querer investigar o que acontece no carnaval, teve seu papel nisso. Mas acho que em grande parte se deve a conjuntura político-econômica.

Qual é o papel que o poder público deveria cumprir no carnaval do Sambódromo?

Eu acho que é estar mais presente. Passa, inclusive, por tirar o carnaval da secretaria de turismo e colocar na secretaria de cultura, ponto. Rio e São Paulo são as únicas cidades que o carnaval está na Secretaria de Turismo e não na Secretaria de Cultura. Florianópolis é cultura, Porto Alegre é cultura, todo lugar é cultura, aqui não. Isso pelo menos ajudaria a diminuir o caráter mercadológico que o carnaval é encarado pelo poder público. O presidente da RioTur só fala em produto, evento, case, briefing... E agora tá criando uma arena de blocos na Barra da Tijuca. E ele acha isso ótimo, por que ali já vai ter bar, banheiros, etc. Eu não quero ir pra micareta lá da Ivete, não quero ir pro Rock In Rio. Quero ir pra Bloco de Carnaval. Voltando pra escolas de samba, o poder público tem que financiar onde não tem, onde tem ele tem que dar o suporte para que aquilo se mantenha e desenvolva. Esse imbróglio todo serviu para que os dirigentes de escolas saíssem de sua zona de conforto. Ontem eu fiz uma matéria pro UOL em que o Presidente da Portela já fala que pro ano que vem 30% do orçamento pro carnaval é de receita própria da Portela. Seja de quadra, seja de sócio-torcedor, licenciamento de marca. O Rodrigo Pacheco, vice-presidente da Mocidade disse que temos um Rock In Rio por ano e temos que saber vender isso. O carnaval acontece uma vez por ano, não é igual o futebol, mas tem condições de ser gerido também de uma forma auto-sustentável. É um evento cultural, mas comercial também em Parintins tem propaganda pra tudo quanto é lado, em Parintins tem o logo da Coca-Cola em azul, por que o Boi Garantido é azul, não pode ser vermelho, por que a gente não pode ter isso aqui? Aí numa situação dessa hipotética, o poder público ajuda aqui com 300 mil pra dar um fluxo de caixa, e que essa verba pública seja destinada mais às escolas que necessitam. Agora eu vejo lideranças mais progressistas dentro das escolas de samba que já começam pensar como a gente pensa, que temos que fazer essa roda girar com independência.

Você comentou sobre essa questão do repasse das verbas públicas pras ligas e pras escolas, e como você vê esse modelo de incentivo. Ele é eficaz? Ele é suficiente?

Antes de tudo, eu esqueci de falar uma coisa que é importantíssima, quando eu digo que acho que é um absurdo cada escola do grupo especial receber dois milhões não quer dizer que eu concorde com o corte do Crivella. O gestor público tem que entender que o carnaval é feito ao longo do ano, então não pode em junho dizer que aquele um milhão que vocês estavam contando não vai ter. A conta não fecha. De forma conversada, democraticamente, por exemplo, dizer que pra 2019 vai diminuir, mas vocês têm um ano pra pensar, de outra forma, eu vou criar aqui um sistema de financiamento, uma lei municipal de incentivo ao carnaval. Alias, eu acho que tudo isso acontece porque não tem uma lei municipal que determine, que estipule uma rubrica pro carnaval, porque se existisse o prefeito teria que cumprir. Se estivesse no orçamento que o 0,5% da arrecadação é pro carnaval, o

prefeito teria que cumprir e dane-se. Enfim, respondendo a sua pergunta, eu acho que escolas do grupo especial recebem demais, e as escolas dos demais grupos recebem menos. Basta te dizer que as escolas do grupo especial recebiam 2 milhões e vão receber um milhão. As escolas da série A recebiam 700 mil, e vão receber 350 mil reais. Então você já vê aí um disparate você sair de 1 milhão para 350 mil reais. As escolas do grupo B, que é o principal da Intendente Magalhães, recebiam salve me engano 190 mil, 180, e vão receber 90 mil. Então é isso, se o Jacarezinho for rebaixado de grupo, por exemplo, vai pra um grupo que no ano passado recebeu 80 mil, e vai ganhar 40 nessa nova conjuntura. Então, esse gargalo só vai aumentando. Já existe hoje um gargalo, um abismo entre o grupo especial e o de acesso. A Rede Globo também reduziu a verba, ela dava 150 e passou pra 130 mil, pro grupo de acesso você tinha uma situação de quase 900 mil, e que se reduziu pra 450 mil reais, para um carnaval que com venda de ingresso e outras coisas chega a R\$ 5 milhões. Então como uma escola que tá lá embaixo vai se preparar pra disputar em pé de igualdade pra se manter no grupo com uma escola que já está lá? Então, há um hiato, um vazio. Na Intendente pior ainda, como uma escola que tá ganhando 90 mil reais vai disputar com uma escola que está ganhando R\$ 500 mil? E assim, a diferença do custo da fantasia de uma escola do grupo especial não é tão diferente das escolas dos outros grupos. Porque o material é o mesmo. Óbvio que se eu tenho um atelier e estou fazendo uma fantasia pro Jacarezinho e pra Mangueira, eu vou cobrar mais caro pra Mangueira, mas tem o valor mínimo. Então eu penso que a principal perversidade desse modelo é o abismo econômico que sempre existiu, mas que o regulamento de certa forma amenizava, porque nós tínhamos uma escada, o grupo especial tinha o mínimo de 5 e o máximo de 8 carros. O grupo de acesso por sua vez, já tinha o máximo de 5 carros, o mínimo de 3. Então, que dizer, você com 5 carros do grupo de acesso, você subia pro especial, você já tinha o mínimo do especial. Hoje nós temos quatro carros de máximo no acesso, e cinco de mínimo no especial, ou seja, você já tem que correr atrás de pelo menos um carro. Então vamos supor, uma escola que sai da Intendente Magalhães ela sai com dois carros, e são carros pequenos porque a Intendente Magalhães é uma rua muito mais estreita, aqueles dois carros da Intendente Magalhães não servem pra nada na Sapucaí.

Existe uma diferença de política de repasse entre as ligas. Parte dos repasses são feitos direto para as escolas, enquanto outra é feita para a liga. Qual a sua visão sobre isso? Quais as consequências?

Bem isso acontece até pela diferença dos compromissos assumidos entre as ligas e a prefeitura. A LIESA no caso, ela gerencia o espetáculo. O contrato diz que a LIESA gerencia a parte artística e a montagem da avenida, e que o contrato é assinado diretamente com as escolas. Então cada escola é responsável pela sua prestação de contas. Já na Intendente Magalhães não. Na Intendente Magalhães, a estrutura, tudo é da prefeitura e a LIESB, a Liga da Intendente Magalhães é como se fosse uma terceirizada, ela oferece o espetáculo para a prefeitura. Como se fosse uma banda contratada pra tocar no coreto. Aí a prestação de conta não é mais individual por cada escola, e sim pela própria liga. O que se torna de certa forma perigoso, porque o mecanismo de controle é muito menor,

as escolas são de comunidades humildes, seus dirigentes são despreparados, não têm nem condições de fazer uma prestação de contas bacanas, razoável. São escolas fragilizadas economicamente, de uma certa forma ficam reféns da Liga por conta de práticas antigas como da carta de crédito. Em que a escola não tem dinheiro pra fazer o carnaval, a Liga adianta esse dinheiro a pretexto de depois pagar quando vier a subvenção. E muitas vezes administrações irresponsáveis pegam várias cartas de créditos até de carnavais futuros. Então, muitas vezes uma diretoria assume uma escola dessa da Intendente Magalhães, a escola não tem dinheiro pra fazer carnaval porque a administração anterior já pegou carta de crédito do carnaval seguinte. Então eu acho que prefeitura tem que agir muito nessa situação, eu bato sempre muito na tecla de que a prefeitura tem que tirar a administração do carnaval da RioTur e criar essa subsecretaria de carnaval com uma equipe que passa ali o ano inteiro, em contato, fiscalizando, orientando, analisando, ajudando as escolas a fazer o carnaval. A RioTur é uma empresa de turismo que trabalha de acordo com o calendário turístico da Cidade, ela tem outras prioridades. Então o carnaval ele fica em segundo plano, ele é tratado como um evento de um calendário. Todas as atenções da RioTur nesse momento estão voltadas para o réveillon. Uma subsecretaria de carnaval daria mais atenção com uma equipe técnica montada por pessoas que gostam de carnaval. No caso da LIESA a fiscalização é mais fácil, pois a subvenção é particionada, e a última parcela só é dada depois que as anteriores têm prestação de conta.

Na sua opinião, esse modelo de incentivo é eficaz?

Bem, eficaz não é, né? Eu acho que as escolas do grupo especial recebem bem mais que a série A, e a série A bem mais que a Intendente Magalhães. É como eu falei, o grupo Especial é a Noruega e a Intendente Magalhães é a Etiópia. Então a gente teria que pensar já com esse preâmbulo aí de que houve uma redução de verba do grupo especial, e tentar fazer com que as escolas do grupo especial se acostumassem com uma verba pública um pouco mais enxuta. Ao invés de tirar essa verba do carnaval, direcionar essa verba às escolas que precisam mais. O desnível é muito grande entre esses grupos, nós temos a escola do grupo especial recebendo um milhão, a escola da série A recebendo 350 mil, e uma escola do grupo B recebendo cento e poucos mil reais. E daí pra baixo é muito pior. Então eu acho que o poder público poderia entrar nisso também. Já que o momento é de discutir o repasse de verbas, vamos discutir o financiamento do carnaval. Como o poder público pode ajudar as escolas do grupo especial nesse momento de transição para um carnaval mais auto-sustentável. Um carnaval que não perca obviamente o seu viés artístico, cultural, mas que seja auto-sustentável que atraia grandes patrocinadores. Eu acho que o carnaval já poderia ter aí uma gama de empresas apoiando, empresas que aceitem atrelar suas marcas ao carnaval e que façam essa roda girar, e que faça essas escolas cada vez menos dependentes do dinheiro público. Porém a realidade do grupo especial é completamente diferente da realidade dos outros grupos. O investidor, o patrocinador, a televisão, ele só quer o grupo especial. O grupo de acesso por mais que tenhamos escolas de peso, como Viradouro, como a Estácio de Sá ele é um grupo que o patrocinador não quer. Ou se quer, vai dar uma parcela muito pequena, porque a transmissão de TV é só pro Esta-

do do Rio de Janeiro, não é pro país todo, isso tudo influi. Então eu acho que é um modelo que tem ainda muito que ser aperfeiçoado. Especialmente na questão de fazer o grupo especial ser mais auto-sustentável, menos dependente da verba pública e drenar esses recursos pra outros grupos, pra que esses desfiles possam ter mais condições de serem realizados. Que eles possam cada vez mais gerarem mais renda, mais trabalho para as pessoas. Mas de uma forma também que o poder público possa fiscalizar.

Você poderia comentar sobre a infraestrutura do carnaval da Intendente? (Iluminação, segurança, etc)

Em termos de estrutura ainda é muito incipiente, né? As escolas de samba se concentram numa área escura, numa área um pouco insegura né. Onde a gente tem relatos aí de assalto, de confusão. A Avenida ela é razoavelmente bem montada, mas em relação às arquibancadas poderia ter um incremento, ter mais arquibancadas, mais conforto pro público, banheiros químicos. A sonorização é bastante complicada. Eu acho que o carnaval da Intendente Magalhães poderia ter uma outra roupagem. Uma coisa um pouco mais confortável pro público. Ali é um local de festa, milhares de pessoas que moram no subúrbio, na zona oeste, baixada fluminense vão pra lá pra ver as escolas das suas regiões desfilando. O carnaval da Intendente é muito importante pela possibilidade que dá há vários jovens talentos a começarem no samba, e é muito difícil um cantor de samba enredo, uma porta-bandeira, um coreógrafo de comissão de frente, começar numa escola do grupo especial ou do grupo de acesso. Geralmente é como no futebol, né? Você tem que passar por clubes pequenos, divisões inferiores até ir chamando atenção de equipes maiores pra chegar até o topo. E o carnaval não foge a regra. Se a gente fizer aí uma lista de grandes artistas do carnaval que passaram pelo grupo da Intendente Magalhães, eu fico até amanhã falando. Então esse é um carnaval importante, é um carnaval de afirmação da identidade cultural da Cidade que mostra que o carnaval das escolas de samba é muito mais do que simplesmente estar na Sapucaí, e brilham nos seus paetês, porque têm pessoas que têm ali sua felicidade de desfilar na pequena escola de seu bairro, e comemoram fervorosamente sua subida do grupo C pro grupo B. Então é um carnaval que precisa ser olhado com carinho.

Qual papel o poder público deveria cumprir na Intendente?

É, basicamente foi o que eu falei na pergunta anterior. Pra começar o julgamento. O julgamento tem que ser do poder público. O poder público tem que tomar isso pra si, de uma forma também que fique blindado de possíveis influências também, porque se a própria prefeitura indicar os jurados isso pode também ter alguma influência de políticos, de curras eleitorais ali, interessados na vitória de escola a, b ou c. Eu acho que a prefeitura, através da subsecretaria de carnaval contrata uma FGV da vida, uma ESPM, uma UFRJ, enfim, uma entidade com saber notório e atuação ilibada, pra que ela monte esse grupo de jurados, que ela selecione esses jurados, treine, capacite e certamente também com uma empresa de auditoria para garantir a lisura de todo o processo, faça todo o acompanhamento do julgamento para que ele seja o mais justo e mais fiel possível ao que aconteceu na Avenida. Isso na Intendente mais também no especial e na série A. Em relação à Intendente Magalhães eu acho que é isso.

A prefeitura tem que estar mais presente, mais atuante, fazendo uma passarela mais confortável. Tem que ver a situação de barracões dessas escolas. Essas escolas estão num galpão ali próximo com poucas condições de trabalho. Seria interessante também encontrar um espaço pra essas escolas fazerem seu carnaval. E essa política que eu já tinha dito anteriormente, tentar aos poucos ir drenando os recursos que são gastos com o grupo especial pra essas escolas, fazer com que esse carnaval cresça cada vez mais, com fiscalização pra evitar desvios de verbas. E fazer com que esse carnaval aconteça, talvez, com repasse direto. Um cartão que a escola vá debitando ali com a prefeitura sua cota, algo que seja mais fácil, mais simples de fiscalizar. As escolas são de bairros humildes com dirigentes sem experiência. É difícil comprar num lugar que tenha nota fiscal. A informalidade é forte nos subúrbios da cidade e as escolas não fogem a regra. Eu acho que seria fundamental pensar em algo. Um sistema de fomento a essas escolas, que seja mais fácil, que seja mais direto. Que você pague um fornecedor através desse débito na conta da prefeitura, que você pague um trabalhador desde que ele seja MEI, que esse dinheiro seja logo repassado pra pessoa, enfim... Tem que se pensar uma forma de financiar esse carnaval de uma forma mais transparente.

Na sua opinião, a gestão feita pelas Ligas promove um acesso democrático ao sambódromo? Considerando o repasse feito e a conseqüente necessidade de contrapartida social, como você enxerga a questão do acesso popular ao carnaval? As medidas tomadas são suficientes para garantir esse acesso?

Eu acho que acesso democrático ao sambódromo tá complicado. Em relação ao grupo especial eu acho que não existe nenhuma política pra isso. O único lugar que há uma venda de ingresso popular é na Praça da Apoteose, onde a visão do desfile é muito ruim. O setor 1 é reservado pra escolas. Mas a gente sabe que muita gente pega o convite nas escolas e repassa, revende. Então não vejo isso no grupo especial, contrapartida nenhuma do dinheiro público que é gasto. Há alguns anos existia aquele viradão de momo que era um evento feito nas quadras para justificar o repasse de dinheiro, eram eventos esvaziados, sem muito atrativos. Então eu não vejo, não. O grupo de acesso já pela natureza do desfile tem aberto a venda de ingressos a preços populares já. Arquibancada a 20 reais, hoje o desfile do grupo de acesso é o grande desfile que o público carioca assiste na Sapucaí. Eu acho que isso deveria acontecer de diversas formas, acho que isso deveria até vir já dentro do contrato de subvenção do carnaval, contrapartidas sociais que as quadras poderiam dar, as escolas através de suas quadras, o poder público com projetos culturais. Abrir a quadra mesmo como ponto de cultura pra sua comunidade. Convênio com a secretaria municipal de educação para que haja visitas das crianças nas escolas, aprender a história das escolas... Projetos culturais, projetos esportivos, muita coisa poderia ser feita como contrapartida, mas não é feito.

Quais as conseqüências do monopólio da transmissão dos desfiles?

O monopólio na transmissão é mais um sintoma dessa privatização no carnaval, dessa falta de sensibilidade do aspecto cultural da festa. Evidente que isso não é culpa da Rede Globo, é de quem permite que ela aconteça. Então eu acho que

deveria haver uma gestão do poder público para que as emissoras públicas, pelo menos a TV Brasil tivesse acesso liberado à Avenida, e faça sua transmissão sem o pagamento de direitos. Eu não sei até que ponto o Poder municipal tem incumbência, pode mediar uma coisa desse tipo, mas até acho que seria uma questão federal. Mas pra mim é péssimo. O monopólio do desfile é muito ruim porque não mostra o desfile com seu aspecto cultural, todo seu valor simbólico, seu valor cultural. Até o aspecto da competição entre as escolas é negligenciado por um show de artistas da Globo, subcelebridades, futilidades que são exibidas porque a TV acha que são mais importantes pra ela. Eu acho que é uma outra visão, uma visão mais cultural, uma visão mais orgânica mostrando o que é o desfile, qual a importância das escolas, qual é o enredo, o que está sendo contado... Seria muito interessante e seria um contraponto.

Você pode comentar um pouco sobre fiscalização dos equipamentos, considerando os recentes episódios de acidentes na avenida?

É, pelo que eu tenho observado parece que hoje tem uma preocupação maior. A Associação Brasileira de Normas Técnicas junto com o INMETRO estão fazendo um estudo de novas normas para os carros alegóricos. O Corpo de Bombeiros está acompanhando esse processo. Até essa interdição na Cidade do Samba realizada pelo Ministério do Trabalho é um sinal de que existe uma preocupação aí para que se evite novos acidentes, né? A própria Comissão de Cultura da Câmara fez uma audiência pública sobre a segurança dos jornalistas no sambódromo. A Liga diz que está tomando providências, mas ainda não apresentou quais. A RioTur disse que também está avaliando o local de concentração - espero que não seja cortando credenciais de jornalistas, que afinal, quem mais está ali são pessoas que não têm nada haver com o desfile, estão credenciadas, mas por amizade. Os jornalistas que se feriram ou morreram no acidente estavam no lugar que realmente não deveria estar porque é uma calçada de 50 centímetros de comprimento, e ninguém deveria estar ali, mas estavam ali porque o lugar que eles deveriam estar, estava ocupado por pessoas que não tinham nada haver. Então vamos aguardar aí pra ver o que vai ser feito, efetivamente, pra segurança na Avenida.

Quais alterações devem ser realizadas a fim de garantir maior segurança aos profissionais que atuam no desfile?

É, essas alterações foram pedidas até lá na audiência da comissão de cultura, o sindicato dos jornalistas fez uma série de pedidos. Eu concordo com praticamente todas, se não todas 80%... A principal é a volta do curral. Existia um corredor de circulação na época que a Avenida não tava duplicada dos dois lados. Havia um corredor de circulação da imprensa e dos serviços também. E o setor 1 não ficava lotado, só que quando houve a duplicação isso foi abolido. Então foi colocado quando houve a visita técnica ao sambódromo, a LIESA falou que não tinha como mexer agora que o carnaval tá muito em cima. Mas ficou de ver pro próximo carnaval, isso é uma coisa inclusive que eu pessoalmente vou cobrar deles. Até veio sugestões pra isso, como construção de áreas de escapes, como aconteceu com o carro da Unidos da Tijuca que desmoronou e ficou muito tempo ali

parado. Teve que tirar não tinha por onde sair e ele teve que seguir no desfile do jeito que tava, ainda oferecendo mais risco pra quem estava nele, então seria importante uma área que os carros alegóricos pudessem sair em casa de acidente.

De que forma o poder público pode incentivar as quadras de escola de samba como locais de memória e vivência comunitária?

Acho que é tendo um convênio com a secretaria de cultura, secretaria de educação para que a quadra seja visitada pelas crianças, que a escola seja um ponto de cultura mesmo. Tendo atividades culturais, esportivas, exibição de teatro, cinema. Construção pequenos museus, pequeno museu quando eu digo é uma sala com troféus antigos, fotos, onde crianças possam ir sua avó novinha desfilando em uma escola de samba... Que as crianças tenham esse pertencimento e entendam a escola como um órgão importante da cultura popular e da cultura de seu bairro.

Você pode fazer um balanço dos oito anos da gestão do Eduardo Paes no que se refere ao carnaval do sambódromo? E desse primeiro ano da gestão do Crivella?

Primeiro ano de Crivella na prefeitura eu só posso resumir a uma palavra: catastrófico! É inacreditável a miopia política dessa criatura, um fanático religioso, um desvairado, que coloca os interesses da sua religião acima dos interesses públicos. O Eduardo Paes por sua vez, fez uma administração que agradou muito os dirigentes das escolas, e por consequência uma grande massa de sambistas sem pensamento crítico apurado. O Eduardo Paes sempre pousou de sambistas, com chapéu, como amigo do samba. Ajudou várias escolas com a reforma ou a construção de quadras. A quadra da Mocidade foi construída com dinheiro da prefeitura, a quadra da Portela, da União da Ilha, do Império Serrano, da Imperatriz foram reformadas. Mas enfim, em relação a uma política de valorização do carnaval, da cultura, da cidade, nada avançou, que são questões prementes do carnaval carioca.

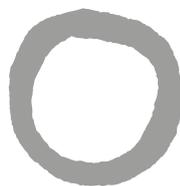
Quais os desafios para o próximo ano considerando as informações que temos hoje?

Não diria para o próximo ano não, diria para os próximos três anos. Tentar encontrar um modelo sustentável de carnaval em um governo municipal totalmente inimigo. Temos uma prefeitura inimiga do carnaval, uma prefeitura que não vai fazer nenhum esforço pra que as coisas aconteçam. Eu acho que esse é o momento das escolas de samba se readequarem. As escolas do grupo especial encontram outros parceiros, novas formas de se organizarem. Eu acho que o carnaval do grupo especial vai ter que se readequar a um modelo de administração mais moderno, mais transparente, que atraia grandes empresas. Empresas interessadas em atrelar suas marcas ao evento e ter um retorno financeiro pra isso. Vai ter que renegociar contrato de televisão, uma série de coisas aí que se as escolas de samba não fizerem, vão ter uma série de dificuldades para os próximos carnavais. Em relação aos grupos de acesso, aí realmente é uma situação muito complicada porque eles não têm o poder de mídia, o poder mobilização que as escolas do grupo especial tem... Então, é uma situação muito preocupante para os próximos anos.

A CAIXA PRETA DA AVENIDA

“Que tititi é esse que vem da Sapucaí?”

Estácio de Sá, 1987.



Sambódromo é um equipamento público, por onde passa uma das maiores manifestações culturais populares do país – e uma manifestação que recebe dos cofres públicos parte de seu financiamento. O poder público, portanto, precisa estar à frente da organização da festa, numa gestão que preze pela transparência, fiscalização, segurança e democracia. A mesma preocupação vale para a Avenida Intendente Magalhães, em Campinho, local de desfile de escolas de samba de quatro grupos diferentes.

Prezar pela autonomia das escolas de samba em suas decisões administrativas e artísticas não pode significar delegar às ligas em que elas se reúnem todo o poder sobre uma festa em que há responsabilidades públicas envolvidas. A falta de iluminação na Intendente Magalhães, especialmente no local onde componentes das escolas fazem a concentração, e a ausência da prefeitura mesmo em momentos de graves acidentes no Sambódromo são alguns exemplos de políticas que precisam ser radicalmente modificadas.

Nesse sentido, o carnaval não poder ser nem uma caixa-preta das ligas nem uma ferramenta para troca de favores políticos. A importância que ele tem para a cidade e os valores histórico-culturais inscritos nele merecem um olhar mais atento de toda a sociedade.

“Nosso povão ficou fora da jogada, nem lugar na arquibancada ele tem mais pra ficar”

São Clemente, 1990.

A venda de ingressos para o Sambódromo, pela forma como é feita, pelos preços cobrados e por estar o poder público alheio a ela, é motivo de muita polêmica. Os altos preços impedem o acesso popular à passarela por onde desfila uma das maiores expressões de cunho... popular; a forma de venda – até recentemente feita de forma exclusiva por telefone e fax – dificulta a fiscalização. Além disso, a ausência do poder público em um evento com dinheiro público feito nas instalações de um equipamento público é pouco coerente.

As políticas de acesso popular são insuficientes, uma vez que os ingressos mais baratos se restringem a duas arquibancadas recuadas que permitem apenas ver a dispersão da escola, e que os lugares do setor 1, distribuído entre as agremiações e destinado a cortesias, acabam em sua maioria nas mãos de cambistas pela falta de fiscalização. Ou seja, é fundamental que o poder público assuma suas responsabilidades na gestão da festa e garanta maior contrapartida social na democratização do espaço.

Permitir que o Sambódromo seja um lugar prioritariamente voltado para o turismo ou para a classe média e classe alta é uma afronta não só à natureza do carnaval como ao dinheiro público que, corretamente, deve fomentá-lo.

“É fantástico, virou Hollywood isso aqui”

São Clemente, 1990.

A restrição do acesso do público ao desfile das escolas de samba no Sambódromo não se dá apenas pelo alto preço dos ingressos ou a forma de venda. Quem não pode estar na avenida e quer ver as apresentações pela televisão conta apenas com a transmissão da Rede Globo que, ao deter a exclusividade da transmissão, decide o que e como exibir. A prática habitual é a de não mostrar os primeiros desfiles do dia nem o desfile das campeãs, além de privilegiar informações mais voltadas para o mundo das celebridades do que para questões histórico-culturais, do cotidiano da escola ou relacionadas aos seus componentes, que, aliás, são os protagonistas da festa.

Neste ano de 2017, por exemplo, os desfiles foram reduzidos em sete minutos para cada uma das agremiações do grupo especial, assim como foram reduzidas, de sete para seis, as alegorias. Sem precisar entrar no mérito das decisões, é inegável a influência das transmissões para essas mudanças.

O fato é que não contribui para a promoção de um evento que se quer democrático o monopólio de uma emissora específica, qualquer que seja ela, e o poder decorrente dele. Também não é razoável que uma festa com incentivo público, como defendemos que seja, seja veiculada de forma restrita, com apenas um modelo de exibição. Compreender o carnaval e os desfiles das escolas de samba pela relevância cultural que têm não é deixar as regras do espetáculo ditarem o jogo, mas, pelo contrário, tornar as virtudes da maior manifestação cultural da cidade – e uma das maiores do país – ainda mais acessíveis à sociedade.

“O samba é bem mais que uma luz no escuro”

Unidos de Bangu, 1983.

Verbas muito discrepantes e prestações de conta diferentes. Essa é a realidade que vigora entre as escolas de samba do grupo especial e as que estão nos grupos de acessos (A, B, C, D, E). Um cenário que, além de não favorecer a democratização da festa e não estimular agremiações de menor porte, não contribui para a transparência dos recursos.

As agremiações que desfilam na Sapucaí (grupos especial e de acesso) recebem, respectivamente, R\$ 1 milhão e R\$ 350 mil, considerados os cortes anunciados este ano pela prefeitura. Os valores são pagos diretamente para cada escola, que prestam contas à Riotur. Já as verbas destinadas aos grupos B, C e D, que desfilam na Avenida Intendente Magalhães, são de R\$ 160 mil, R\$ 90 mil e R\$ 35 mil, com o repasse sendo feito à Liga Independente das Escolas de Samba do Brasil (Liesb). Cabe à Liesb prestar contas à prefeitura.

As escolas de samba do grupo E, que também passam pela Intendente, não recebem subvenção.

Importante dizer, ainda, que as agremiações do grupo especial, por sua visibilidade, têm muito mais facilidade em obter recursos na iniciativa privada, aumentando ainda mais as desigualdades entre elas e as dos demais grupos.

O papel das escolas em seus territórios é, ou deveria ser, de grande importância, uma vez que, em muitos casos, são os melhores equipamentos culturais de seus bairros. O financiamento público, portanto, extrapola a importância dos desfiles, sendo também política de estímulo para a promoção cultural em territórios carentes de incentivo.

Outro ponto que vale ser destacado é o fato de que o recebimento da verba pública se dá depois de iniciada a preparação para o carnaval. Na prática, isso contribui para que as escolas precisem acionar esquemas de crédito, o que é também mais penoso para agremiações de menor porte.

Entender o carnaval pela lógica do turismo, mais do que pela da cultura, é acirrar essas disparidades; e o fato de não estar estabelecida uma relação direta entre o poder público e as escolas dos grupos B, C, D e E não favorece a transparência dos recursos e dificulta políticas de contrapartidas sociais.

RECOMENDAÇÕES

- Transferir da Riotur para a Secretaria Municipal de Cultura a responsabilidade sobre o carnaval;
- Criar a Subsecretaria Municipal do Carnaval, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba e do carnaval de rua, promovendo a ocupação democrática do espaço público e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações e aos blocos de rua;
- Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Criar um Conselho Municipal do Carnaval da Avenida, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre o poder público e representantes de escolas de samba, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do carnaval de avenida e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;
- Recuperar o projeto original do Sambódromo, fazendo do local onde hoje estão as frisas (ou de parte delas) uma área a preços populares;
- Garantir a manutenção das arquibancadas gratuitas montadas na concentração das escolas de samba para o desfile no Sambódromo;

- Garantir a realização de ensaios técnicos gratuitos;
- Determinar que a venda de ingressos seja feita pela internet e em bilheteria fixa localizada no Sambódromo;
- Impedir que ingressos sejam distribuídos a parlamentares, como hoje é feito;
- Exigir da LIESA e da LIERJ relatório detalhado da venda de ingressos para o Sambódromo, que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir da LIESB relatório com cópias de todos os contratos com empresas que por ventura forem contratadas para a realização do carnaval na Avenida Intendente Magalhães, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir que todas as escolas e agremiações que recebem subvenção pública forneçam à prefeitura um relatório com cópias dos contratos com prestadores de serviços (MEI) e dos contratos de trabalho (via CLT) firmados com trabalhadores, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura, respeitando os sigilos fiscais e financeiros individuais;
- Realizar audiências públicas para debater com a sociedade civil os critérios que devem ser utilizados pela prefeitura para a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações carnavalescas;
- Diminuir a disparidade entre os valores de subvenção entre os grupos, de modo que a verba destinada ao último grupo que desfila na Avenida Intendente Magalhães seja no mínimo a metade do valor que é destinado ao Grupo Especial;
- Garantir que a verba pública destinada ao apoio das escolas de samba (incluindo os grupos que desfilam na Avenida Intendente Magalhães) sejam pagos diretamente às agremiações, devendo estas se responsabilizar pela prestação de contas;
- Planejar medidas que visem à preservação de agremiações tradicionais do carnaval que perderam a força com a crescente mercantilização dos desfiles;
- Ampliar os investimentos nos desfiles das escolas de samba mirins, garantindo a infraestrutura necessária para os desfiles;
- Garantir a concorrência da transmissão televisiva no carnaval, com o fim da exclusividade na transmissão televisiva e a garantia de que os Canais de Televisão Educativos possam transmitir o evento sem a necessidade de pagar pelos direitos;
- Elaborar um sistema interativo de comunicação para oferecer programas informativos (com aplicativos para celular) que contem a história do carnaval do Rio e expliquem o espetáculo da Sapucaí e da Intendente Magalhães em tempo real.

SEGURANÇA NA AVENIDA

“Eu quero ver o amor florescer, ser diferente é normal”

Império Serrano, 2007.

As políticas de promoção do acesso de pessoas portadoras de deficiência ao carnaval do Sambódromo ainda são restritas. Chamado pela prefeitura de “um espaço de inclusão no maior carnaval do mundo”, o setor 13 foi reformado em 2012 para receber pessoas com deficiência. A medida, contudo, aposta numa política de segregação ao garantir um local específico, e não o acesso pleno aos demais setores, o que afronta o direito à dignidade e igualdade de forma ampla.

Além disso, em vistoria realizada pela própria prefeitura no início deste ano, foi verificado que o setor não atende às reais necessidades do público: o piso precisa ser reformado, não há piso tátil para pessoas cegas, os banheiros têm o vaso sanitário e a barra de apoio instalados na altura errada, além de ter sido detectada a necessidade de aperfeiçoamento nas rampas de acesso. É preciso, portanto, que o equipamento cultural esteja adaptado de forma plena e que haja manutenção nas instalações.

“Pisa como eu pisei no chão que me consagrou, olha que lei é lei”

“Pisa como eu pisei”, Aloísio Machado.

Os recentes acidentes ocorridos no Sambódromo levantaram questões sobre a segurança e a fiscalização das condições do desfile. Chama atenção, também, que, para aqueles que vivem o dia a dia do mundo do samba, os graves acidentes eram fatos mais ou menos anunciados, o que indica que há problemas recorrentes.

Um deles é a ausência de regulamentação para carros alegóricos e consequente falta de fiscalização. Atualmente, o Corpo de Bombeiros fiscaliza os carros alegóricos nos barracões antes do carnaval e verifica, horas antes do desfile, questões técnicas da norma de prevenção contra incêndio, como extintores e escadas de emergência. Mas não é o bastante. É preciso que haja uma sistematização com informações sobre o material utilizado nas alegorias, peso suportado, número de componentes e tipo de tração.

Com a magnitude crescente das alegorias e do número de pessoas sobre elas, é preciso que os carros tenham um pequeno manual de instruções para seus componentes, que devem saber quais os limites dos movimentos, em que momento é permitido começar a dançar, quantas pessoas dividem aquele espaço etc.

Outro ponto importante diz respeito às condições de trabalho dos motoristas de carros alegóricos, que muitas vezes entram na avenida já sobrecarregados com o trajeto entre a Cidade do Samba e o ponto de concentração dos carros.

Além disso, é comum que, por conta da decoração das alegorias, haja pouca – ou nenhuma – visibilidade na pista. A discussão atravessa, ainda, temas como a pressão do tempo de desfile das escolas – que foi diminuído no último ano –, a falta de espaço próprio para manobra dos carros alegóricos e a ausência de protocolo de emergência.

“Super-alegorias escondendo gente bamba, que covardia”

Império Serrano, 1982.

Irregularidades nas instalações elétricas, faltas de condições de trabalho nos barracões, insegurança na avenida. A lista sobre as condições de trabalho, ou falta deles, infelizmente é ampla. Das instalações da Cidade do Samba ou dos barracões dos grupos de acesso ao necessário protocolo de acidentes durante o desfile, o debate de condições de trabalho, para além de um direito dos trabalhadores, diz respeito à segurança no carnaval, o que envolve, também, cuidados com profissionais que trabalham em torno dos desfiles, como os jornalistas que atuam no Sambódromo e na Avenida Intendente Magalhães.

Em tempos onde a tecnologia permite o vôo de um homem em plena avenida, é inadmissível que os motoristas de carros alegóricos tenham que ser guiados muitas vezes apenas por pessoas que estão do lado de fora dos carros. Com milhões investidos de verba pública, não se podem tolerar nem acidentes por precariedade nas instalações elétricas de barracões, nem relações trabalhistas estabelecidas ao arrepio da lei, sem contrato de trabalho, previdência ou pagamento de hora extra.

Pensar nessa festa popular e na sua ampla democratização inclui, necessariamente, a atuação das Ligas, escolas de samba e, principalmente, do poder público na fiscalização e promoção das condições de trabalho dos tantos profissionais que transformam essa festa em realidade. A competitividade do desfile não pode passar por cima da vida dos trabalhadores.

RECOMENDAÇÕES

- Realizar uma ampla reforma do Sambódromo a fim de garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os setores;
- Promover a mudança do local das cabines de rádio e televisão para o setor 6 do Sambódromo, de modo a possibilitar uma visão geral do desfile e maior condições de trabalho para os jornalistas;
- Construir corredor de descolamento no Sambódromo, junto aos camarotes para a imprensa, para a circulação segura de jornalistas credenciados durante os desfiles;

- > Realizar um credenciamento mais criterioso dos profissionais da imprensa, submetendo o processo à fiscalização do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, evitando conceder credenciais para não jornalistas e prevenido assim a aglomeração dessas pessoas na concentração do desfile;
- > Disponibilizar, junto às cabines dos veículos de comunicação, uma cabine para os diversos sindicatos responsáveis pela fiscalização de condições de trabalho no Sambódromo;
- > Elaborar regulamentação técnica com parâmetros de segurança dos carros alegóricos;
- > Exigir que os carros alegóricos garantam uma visão adequada ao motorista;
- > Tornar obrigatória a realização de testes prévios dos carros alegóricos, com acompanhamento de corpo técnico da Subsecretaria Municipal do Carnaval, a fim de certificar as condições técnicas adequadas ao desfile;
- > Investir na capacitação técnica dos seguranças da avenida com atuação no Sambódromo a fim de auxiliar eventual ação do Corpo de Bombeiros;
- > Desenvolver Protocolo de Emergência do Sambódromo com medidas específicas a serem tomadas em casos de acidentes, promovendo ampla divulgação de seus termos e capacitação dos integrantes das escolas de samba;
- > Determinar que em casos de acidentes graves ocorridos durante o desfile, o mesmo deve ser interrompido até que a segurança de todos esteja garantida.
- > Fiscalizar periodicamente as instalações dos barracões a fim de garantir condições de trabalho e preservar a segurança dos trabalhadores contratados pelas escolas de samba;

**ESCOLAS DE
SAMBA E
MEMÓRIA
COMUNITÁRIA**

“Chão da poesia, celeiro de samba”

Vila Isabel, 2013.

S seja como junção de blocos de rua ou como extensão de times de futebol, seja no morro ou no asfalto, a origem das escolas de samba tem forte relação com seus territórios. Mas não se trata de uma origem estática: quase cem anos depois do surgimento das primeiras agremiações, os vínculos com a comunidade local são reiterados continuamente, das dimensões mais poéticas - citações nas letras dos sambas-enredo - às mais concretas - muitas vezes são os melhores equipamentos culturais do bairro em que estão situadas.

“Não peça cola à cuíca”

Portela, 1939.

Diz a história, ou ao menos, uma das versões da história, que a primeira escola de samba ganhou este nome porque, em frente ao local onde seus fundadores se reuniam, havia uma escola de curso normal. Os sambistas não titubearam: se lá se ensinam português e matemática, aqui se ensina samba. Como todo saber popular, o samba passou a maior parte da sua história sendo considerado conhecimento de menor fôlego e, portanto, pouco merecedor das atenções concedidas pelo ensino oficial. Hoje, com um incontável número de agremiações, muitas delas quase centenárias, é mais do urgente abrir espaços para a cultura popular nos espaços regulares de ensino, aproximando as escolas do samba, como o próprio nome “escola de samba” sugeriu em sua origem.

RECOMENDAÇÕES

- Criar pontos de cultura e espaços de memória nas escolas de samba, valorizando a relação das escolas com os bairros do seu entorno;
- Investir em políticas de preservação da infraestrutura das quadras de escolas de samba, aproveitando o espaço físico das escolas como equipamentos culturais dos bairros;
- Integrar a rede de ensino municipal com as escolas de samba, associando disciplinas formais (história, música, artes, língua portuguesa, ciências, etc.) ao universo de múltiplos saberes das agremiações e integrando a política de cultura com a política educacional do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que será o amanhã?”

União da Ilha, 1978.

Como dissemos na introdução, este relatório não pretende esgotar o rico tema do carnaval do Rio de Janeiro em suas variadas expressões e complexas relações. Nosso esforço foi sistematizar alguns acúmulos da Comissão e fazer recomendações à prefeitura no sentido de tornar a festa mais democrática, transparente e segura, priorizando seus aspectos culturais e populares de forma que a mercantilização da festa não atravessasse o melhor da nossa batucada.

Vestiu uma camisa listrada e saiu por aí
Em vez de tomar chá com torrada ele bebeu Parati
Levava um canivete no cinto e um pandeiro na mão
E sorria quando o povo dizia: sossega leão, sossega leão

Tirou o anel de doutor para não dar o que falar
E saiu dizendo eu quero mamar
Mamãe eu quero mamar, mamãe eu quero mamar

Levava um canivete no cinto e um pandeiro na mão
E sorria quando o povo dizia: sossega leão, sossega leão

Levou meu saco de água quente pra fazer chupeta
Rompeu minha cortina de veludo pra fazer uma saia
Abriu o guarda-roupa e arrancou minha combinação
E até do cabo de vassoura ele fez um estandarte
Para seu cordão

Agora a batucada já vai começando não deixo e não consinto
O meu querido debochar de mim
Porque se ele pega as minhas coisas vai dar o que falar
Se fantasia de Antonieta e vai dançar no Bola Preta
Até o sol raiar

Camisa listrada, Assis Valente, carnaval de 1938.

